

PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO

[NOVEMBRO/08]

[2009 - 2020]

VISÃO, OBJECTIVOS, METAS,
ESTRATÉGIAS, POLÍTICAS E ACÇÕES
PARA TRANSFORMAR O CONCELHO

**MUNICÍPIO DOS
MOSTEIROS**

INDICE

I. INTRODUÇÃO	10
I.1. Enquadramento.....	10
I.2. Aspectos Metodológicos	11
I.3. Quadro Legal e Institucional.....	12
II – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DOS MOSTEIROS – DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS.	13
O que é?	13
Quais os princípios orientadores?	14
1. Objectividade, clareza e simplicidade	14
2. Articulação.....	14
3. Sustentabilidade.....	14
4. Aliança com o ambiente.....	15
5. Integridade territorial.....	15
6. Co-responsabilização e Complementaridade.....	15
7. Participação	15
III – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DO MUNICÍPIO	15
III.1. Perspectiva Histórica.....	16
III.2. Território: Superfície e Localização Geográfica.....	16
III.3. População	17
III.4. Caracterização da Situação Actual do Município	18
III.4.1. Aspectos Globais de Desenvolvimento	18
III.4.2. Principais Problemas Socio-económicos	21
III.4.3. Particularidades Sectoriais – Ambientes Interno e Externo.....	24
IV - OBJECTIVOS, VISÃO E METAS.....	33
IV.1. Objectivos Globais	33
IV.2. Objectivos Intermédios.....	33
IV.3. Metas	34
IV.4. Visão	34
IV.5. Missão	35

V - LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA.....	36
V.1. Ideias-chave que devem orientar a Transformação de Mosteiros	36
V.2. Domínios Estratégicos de Intervenção para Transformar o Município	36
Domínio Estratégico 1 - Redução do Desemprego e da Pobreza.....	36
Domínio Estratégico 2 - Capacitação Técnica, Profissional e Tecnológica.....	37
Domínio Estratégico 3 - Criação de Infra-estruturas-chave do Desenvolvimento.....	37
Domínio Estratégico 4 - Criação de um tecido económico local dinâmico e sustentável.....	38
Domínio Estratégico 5 - Promoção de um desenvolvimento sócio-cultural equilibrado dos mosteirenses;	39
Domínio Estratégico 6 - Promoção da Qualidade Ambiental.....	39
 VI - POLÍTICAS SECTORIAIS	43
VI.1. Sector Económico	43
VI.1.1. Agro-pecuária.....	43
VI.1.2. Pesca	44
VI.1.3. Comércio	44
VI.1.4. Turismo	45
VI.1.5. Artesanato.....	45
VI.1.6. Indústria	46
VI.1.7. Serviços	46
VI.1.8. Infra-estruturas e Transportes.....	47
VI.1.9. Energia	47
VI.1.10. Novas Tecnologias.....	48
VI.2. Sector Social.....	48
VI.2.1. Educação	48
VI.2.2. Saúde.....	49
VI.2.3. Habitação	50
VI.2.4. Ambiente, Água e Saneamento	50
VI.2.5. Emprego e Formação	51
VI.2.6. Cultura e Desportos	51
VI.2.7. Emigração.....	52
VI.2.8. Direitos Humanos e Cidadania	52
VI.2.9. Justiça e Segurança Pública.....	53
 VII – SECTOR PRIORITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO	60

VIII – LÓGICA DAS INTERVENÇÕES DO PLANO	61
IX - TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ACORDO COM AS VOCAÇÕES LOCAIS.....	62
Sub-Região Sul do Município.....	65
Sub-Região Litoral	65
Sub-Região alta - Centro.....	67
Sub-região Alta- Norte	67
X – MECANISMOS DE FORMALIZAÇÃO DO PLANO	77
X.1. Execução do Plano.....	77
X.2. Mecanismos de Financiamento	87
X.3. Sistema de Acompanhamento e Avaliação.....	87
X.4. Mecanismos de Revisão	90
X.5. Requisitos de Eficiência.....	90
X.6. Principais Instrumentos de Articulação	90
ANEXOS	
Termos de Referência	93
Lista dos Participantes do Atelier de Socialização dos Resultados do Diagnóstico Sócio-Económico dos Mosteiros.....	97
Lista dos Participantes do Fórum « <i>Pensar Mosteiros</i> » - Agosto de 2008.....	98
Lista dos Participantes da Sessão Pública de Validação do Plano Novembro de 2008.....	100

FICHA TÉCNICA

Promotora:

Câmara Municipal dos Mosteiros

Elaboração:

Equipa do Plano (Pedro Teixeira, Carlos de Pina, Mário Lopes e Alexandre Silveira)

Coordenação:

GMDL - Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local dos Mosteiros

Impressão e Acabamento:

Grafica da Praia

Tiragem: 200 exemplares

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadros

Quadro nº 1 – Principais Indicadores Sociais do Município (Pág. 20)

Quadro nº 2 – Particularidades Sectoriais do Município em Modelo SWOT (Pág. 25 -32)

Quadro nº 3 – Resumo das Estratégias Globais de Intervenção (Pág. 41 -43)

Quadro nº 4 – Resumo das Intervenções Sectoriais (Pág. 54 – 60)

Quadro nº 5 – Resumo da Lógica das Intervenções (Pág. 62 -63)

Quadro nº 6 – Distribuição Espacial das Intervenções Sectoriais (Pág. 69 – 76)

Quadro nº 7 – Plano de Execução (Pág. 79 -86)

Figuras

Figura nº 1 – Mapa da Ilha do Fogo (Pág. 16)

Figura nº 2 – Representação da Superfície dos Mosteiros na Ilha do Fogo (Pág. 17)

Figura nº 3 – Representação da Superfície dos Mosteiros na Ilha do Fogo (Pág. 17)

Figura nº 4 – Representação da População dos Mosteiros em Cabo Verde (Pág. 17)

Figura nº 5 – Representação Gráfica da Lógica das intervenções do Plano (Pág. 64)

Figura nº 6 – Divisão Territorial do Município (Pág. 68)

Figura nº 7 – Proposta de Modelo Orgânico de Acompanhamento do Plano (Pág. 89)

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACDI/VOCA – Nome de uma ONG norte americana

AGUABRAVA – Empresa de Produção e Distribuição de água do Fogo e da Brava

ASA – Aeroportos e Segurança Aérea

AOPM – Associação dos Operadores de Pesca dos Mosteiros

BORNE FONDEN – Organização não Governamental dinamarquesa de apoio a crianças

CCISS – Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento

CEFP – FB – Centro de Emprego e Formação Profissional do Fogo e da Brava

CMDDC – Comitê Municipal de Defesa dos Direitos da Criança

CMM – Câmara Municipal dos Mosteiros

CMSF – Câmara Municipal de São Filipe

CMSCF – Câmara Municipal de Santa Catarina do Fogo

CMOEPC – Centro Municipal de Operações de Emergência e Proteção Civil

CT – Científico - tecnológica

DGAEA – Direcção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos

DGT – Direcção Geral do Turismo

DH – Direitos Humanos

DMADRRM – Delegação do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos

DMEES – Delegação do Ministério da Educação e Ensino Superior

EBI – Ensino Básico Integrado

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

ETMA – Equipa Técnica Municipal Ambiental

FAST FERRY – Sociedade de Transportes Marítimos da região Fogo e Brava

FUNDESCAN – Fundação para o Desenvolvimento das Canárias

GAP-D – Gabinete de Atendimento Personalizado de Deportados

GMDL – Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local

ICCA – Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente

ICIEG – Instituto Cabo-verdiano da Igualdade e Equidade do Género

INDP – Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas

INE – Instituto Nacional de Estatística

IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado

MADRRM – Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos

MCA – Millenium Challenge Account

MECC – Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade

MEES – Ministério da Educação e Ensino Superior

MIT – Ministério das Infra-estruturas e Transportes

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde

ONG – Organização não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PAM – Plano Ambiental Municipal

PE – Plano Estratégico

PDM - Plano Director Municipal

PEDA – Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola

PEDM – Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros

PEE – Plano Estratégico para a Educação

PEFP – Plano Estratégico para a Formação Profissional

PIB – Produto Interno Bruto

PNADHC – Plano Nacional de Acção para Direitos Humanos e Cidadania

PNIEG – Plano Nacional para a Igualdade e Equidade do Género

QUIBBE CV – Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem estar de Cabo Verde

UNICV – Universidade de Cabo Verde

PREÂMBULO



Mosteiros tem vindo a trilhar trajetórias ascendentes no seu processo de crescimento, tendo alcançado, nos últimos anos, conquistas importantes que, hoje devem constituir motivo de orgulho para todos os mosteirenses.

Após a primeira grande conquista que o permitiu tornar-se município, em 1991 e a realização das primeiras eleições em 1996, Mosteiros conheceu profundas transformações, que se traduziram, indiscutivelmente, na melhoria da qualidade de vida dos homens, mulheres, idosos, jovens e crianças, de todas as localidades do concelho, graças aos abnegados esforços das sucessivas Câmaras, em parceria com o Governo central, nos domínios da infraestruturação, saúde, educação, habitação, promoção social, luta contra a pobreza, comunicação, energia, água, e.t.c.

Apesar dos ganhos já conseguidos e que devem continuar a ser valorizados, somos ainda confrontados com um mundo de desafios. Deveremos, pois, apostar no capital humano para podermos estar à altura de dar o nosso contributo no cumprimento dos objectivos do milénio perseguidos pelo país. Deveremos desencadear uma luta sem tréguas contra o desemprego e a pobreza, com base na criação de um tecido produtivo forte e dinâmico. Teremos que continuar a insistir na necessidade de se dotar o município de um porto e/ou de um aeroporto e de uma boa rede viária de ligação com os restantes municípios da ilha do Fogo, o que irá mobilizar o sector empresarial e captar investimentos privados, potenciando o desenvolvimento deste concelho e da ilha do Fogo em geral.

A elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Mosteiros surge assim em boa hora, como forma de orientar as políticas de desenvolvimento deste município, com indicação clara dos objectivos, estratégias e acções a implementar para permitir uma exploração adequada dos recursos e potencialidades locais, de modo a promover o progresso desejado por totós os mosteirenses.

Carlos Fernandinho Teixeira

Presidente da CMM

I. INTRODUÇÃO

I.1. Enquadramento

No mundo actual, torna-se, cada vez mais, necessário e urgente antever o amanhã. Pois, o futuro está sempre presente se considerarmos as rápidas mudanças e transformações deste mundo globalizado.

Este documento cuja implementação deverá ocorrer num horizonte temporal de 12 anos, correspondente a três mandatos autárquicos, define objectivos, estabelece metas e traça estratégias para se conseguir um município almejado por todos os actores políticos, económicos, sociais, culturais e pela população do concelho em geral.

A construção desse município ideal para todos implica também o envolvimento de todos, pelo que o documento prevê os mecanismos de participação, através de fortes parcerias com entidades diversas, além de pactos sociais a estabelecer com a população que também deverá dar o seu contributo para a promoção de um desenvolvimento sustentável e equilibrado, com benefícios individuais e colectivos.

O documento do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros (PEDM) foi elaborado com base nos resultados do Diagnóstico Sócio-económico do município, realizado pelo Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local (GMDL), com o financiamento do FUNDESCAN, no âmbito da cooperação Canárias/Cabo Verde, estudo esse que identificou os problemas socio-económicos globais do município e bem assim, os pontos fracos e os pontos fortes, as ameaças e as oportunidades de cada sector da vida económica e social do município.

O plano que ora se apresenta, propõe medidas e soluções para debelar as fraquezas e ameaças do município, com base no aproveitamento dos pontos fortes e oportunidades já conhecidos através do estudo sócio-económico atrás referido. Com as suas propostas de soluções, o PEDM procura manter a virtualidade da planificação estratégica que tem a ver, antes de mais, com a antecipação do futuro, constituindo assim, para a autarquia local, um instrumento de gestão estratégica facilitador do equilíbrio necessário entre a reactividade e a proactividade na actuação do executivo municipal.

O PE de desenvolvimento dos Mosteiros visa, essencialmente, dar aos actores de desenvolvimento, as necessárias orientações em termos de políticas a implementar e estratégias a seguir, para a promoção de um desenvolvimento justo, equilibrado e sustentado. Compõe-se

de 06 grandes eixos de intervenção, 02 objectivos gerais, 14 objectivos intermédios, 11 metas e 36 objectivos sectoriais, integrando 31 programas e 173 projectos. O seu conteúdo estrutura-se em capítulos, parágrafos e subparágrafos que decorrem de um desenvolvimento lógico e hierarquizado, estabelecendo níveis dos objectivos e das intervenções propostas para os atingir. Em relação aos objectivos, no nível mais elevado ou superior, estão os objectivos globais e a visão estratégica para o horizonte temporal estabelecido; no nível imediatamente inferior, estão os objectivos intermédios e as metas, definidos de uma forma abrangente e, finalmente, no nível mais baixo, os objectivos sectoriais, específicos de cada sector de intervenção.

Em termos de intervenções propostas, distinguem-se dois níveis. O nível mais elevado refere-se aos grandes domínios estratégicos de intervenção, consubstanciadores das ideias-chave que norteiam a transformação do município, com as suas medidas de política e propostas de indicadores de resultados a obter, visando alcançar os objectivos globais e concretizar a visão construída. O nível inferior tem a ver com as políticas sectoriais, os programas e os projectos, visando atingir os objectivos específicos a este nível e, consequentemente, as metas e os objectivos intermédios.

Pretende-se que este documento seja, na prática, um instrumento de mobilização de parcerias públicas e privadas e da sociedade civil, capaz de promover a realização de investimentos que contribuam para o alargamento e consolidação da base económica, da afirmação cultural, da emancipação da sociedade e da cidadania do território municipal.

I.2. Aspectos Metodológicos

A ideia de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros surgiu da tomada de consciência por parte da Câmara Municipal, de que, no município, não bastam os planos tático-operacionais que só resolvem problemas imediatos em horizontes de curto/médio prazos, mas sim, que se torna também necessária a planificação estratégica com objectivos de longo prazo e estratégias a implementar para se alcançar situações futuras desejáveis. E porque este tipo de planeamento exige o envolvimento de todos, a elaboração do PEDM obedeceu a uma metodologia participativa, desde a fase do diagnóstico, passando pela formulação do plano e devendo ainda continuar na fase da implementação do mesmo.

Não se trata, pois, de um Plano de uma determinada sensibilidade política, mas sim um plano de compromisso com o município, portanto de todos os actores políticos, económicos e sociais e da sociedade civil, devendo, por isso, ser convenientemente socializado, discutido e aprovado por todos.

Este assunto reveste-se de alguma complexidade, por duas ordens de razões, a saber: por um lado, o período de vigência do Plano Estratégico ultrapassa largamente os 4 anos que constituem o período normal de vigência dos mandatos autárquicos; por outro, a prossecução dos objectivos, políticas e planos de investimento que dão corpo ao Plano Estratégico é também assegurada através de outros instrumentos de desenvolvimento, nomeadamente os Planos de Ordenamento do Território, os Planos Urbanísticos, o Plano Ambiental Municipal e os Planos Sectoriais. É nesta base que, na elaboração do PEDM levou-se em consideração a sua integração e articulação com os outros instrumentos importantes de desenvolvimento, de âmbitos local, regional e nacional, quer os de nível estratégico, quer os de nível táctico-operacional, devendo esta articulação continuar, através de um sistema de concertação social a adoptar pela estrutura de implementação que deverá funcionar como staff do Presidente da Câmara.

De acordo com os Termos de Referência, foi criada uma Equipa Técnica para a elaboração do plano, constituída por um técnico em Planeamento e Gestão do Desenvolvimento Local, um técnico em Geografia e Planeamento Regional, um Economista e um Sociólogo.

No decurso da elaboração do plano foram realizados vários encontros de trabalho com grupos profissionais, Serviços Desconcentrados do Estado, Associações Comunitárias, além de sessões alargadas de debate com representantes da população, líderes locais e eleitos locais. Ainda neste âmbito, foi realizado o 1º fórum sobre o desenvolvimento do município, sob o lema «PENSAR MOSTEIRO», com a participação de representantes do Governo e Serviços Centrais, representantes das Câmaras Municipais da ilha, responsáveis de instituições públicas e privadas e forças vivas do concelho, para recolha de subsídios.

Finalmente, o PEDM foi apresentado numa sessão alargada com representantes de instituições públicas e privadas e da sociedade civil, para efeito de validação pública e, posteriormente foi submetido à aprovação da Assembleia Municipal.

1.3. Quadro Legal e Institucional

Do ponto de vista legal, o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros é um instrumento indicativo, portanto sem carácter vinculativo, de orientação das intervenções dos diversos actores que actuam na área deste município, devendo, por isso, ser flexível mesmo depois da sua aprovação. A sua elaboração enquadra-se nas acções levadas a cabo no âmbito da Cooperação Canárias/Cabo Verde que levou à criação do GMDL – Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local dos Mosteiros, um projecto financiado pela FUNDESCAN, em parceria com a ANMCV e a Câmara Municipal dos Mosteiros.

Além dos Planos urbanísticos definidos pela Lei nº 85/IV/93, de 16 de Julho – Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, nomeadamente o Plano Director Municipal (PDM), o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) e o Plano Urbanístico Detalhado (PUD), que são da competência dos municípios, a Lei nº 134/IV/95, de 03 de Julho, estabelece que, no domínio do planeamento, é competência das Câmaras Municipais a elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento, para a promoção do progresso económico e social dos municípios.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros articula-se, portanto, com todos os Planos Urbanísticos a nível do município e bem assim, com o Esquema Regional de Ordenamento do Território da ilha do Fogo que é da responsabilidade do Governo e se encontra num nível superior. Daí a necessidade de haver uma relação muito estreita entre a Câmara Municipal, o Governo e outras instituições públicas e privadas que actuam de forma directa ou indirecta na área deste município.

II – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DOS MOSTEIROS – DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS.

O que é?

Quais os princípios orientadores?

O que é?

O Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros é, antes de tudo, um documento sistematizador das ideias dos actores políticos, económicos, sociais, culturais e da população em geral, acerca do desenvolvimento económico e social deste município. É um instrumento orientador das políticas de desenvolvimento do município a serem implementadas a longo prazo. Este documento fornece pistas para uma actuação acertada e em tempo útil, portanto, de forma programada e proactiva. O PEDM é um documento condensador das ideias e estratégias dos diversos actores com intervenção na área do

município, baseado na mobilização e concertação sociais e, consequentemente, mobilização de recursos para a implementação das estratégias de desenvolvimento, privilegiando o envolvimento e a participação de todos na construção do futuro do município, em que todos serão co-responsabilizados.

Quais os princípios orientadores?

O PEDM procura, conjuntamente com outros instrumentos de gestão, dar uma resposta eficaz e equilibrada aos problemas e necessidades específicos do município, dando também corpo aos anseios e aspirações dos munícipes, com garantia de sobrevivência para as gerações vindouras. Para o efeito, a sua formulação e formalização orientam-se pelos seguintes princípios gerais:

1. **Objectividade, clareza e simplicidade** – O PEDM não inventa absolutamente nada, limitando-se a sistematizar as informações e as ideias sobre o desenvolvimento do concelho, com base na realidade do município e do país e contando com as influências externas. Pretende ser um documento claro e prático que não deixe sombra de dúvidas sobre o que se quer para o município e que possa ser facilmente lido e correctamente interpretado e aplicado por todas as partes envolvidas;
2. **Articulação** – Para uma intervenção eficaz nos vários domínios escolhidos com vista a concretizar a visão construída, deverá haver uma boa articulação do PEDM com outros instrumentos importantes de desenvolvimento do município, designadamente o Plano Director Municipal, o Plano Ambiental Municipal e os Planos Urbanísticos Detalhados que dão uma visão físico-espacial do desenvolvimento. Mas além do PDM, do PAM e dos PUD, deverá haver também uma articulação forte com o Esquema Regional de Ordenamento do Território, os diferentes planos, programas e projectos de âmbito nacional e local e bem assim, com as Grandes Opções do Plano traçadas pelo Governo e enquadradas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
3. **Sustentabilidade** – O desenvolvimento do município deverá ser promovido com base na garantia da sua sustentabilidade que, aliás, é uma das características fundamentais de qualquer processo de desenvolvimento. Assim, o PEDM deverá

primar pela garantia da sobrevivência das gerações futuras, através de uma exploração racionalizada dos recursos locais;

4. **Aliança com o ambiente** – O PEDM deverá estabelecer uma aliança muito forte com o ambiente ecológico, preservando os recursos ambientais e promovendo a boa qualidade ambiental;
5. **Integridade territorial** – Nenhuma parte do território deverá ser submetida ao abandono ou relegada para um segundo plano. O PEDM deverá cuidar deste aspecto e permitir um desenvolvimento harmonioso e equilibrado de todas as zonas do município, sem descuidar a necessidade de diferenciação de políticas e intervenções de acordo com as vocações territoriais;
6. **Co-responsabilização e Complementaridade** – A responsabilidade na implementação e avaliação do PEDM deverá caber a todos os actores locais. Ninguém deverá ficar de fora, portanto alheio aos acontecimentos que virão com a implementação efectiva deste plano. Não só a CMM, o Governo e demais instituições públicas e privadas terão um papel activo na implementação das mudanças previstas neste plano, mas também as representações políticas e religiosas, as empresas privadas sediadas no município, enfim, toda a sociedade civil. O PEDM leva em consideração a necessidade de concertação e mobilização social de todos os actores, numa perspectiva de complementaridade das acções levadas a cabo no território municipal, com vista ao seu desenvolvimento;
7. **Participação** – O PEDM deve ser um instrumento facilitador da participação efectiva de todos os actores sociais, políticos, económicos e culturais no processo de desenvolvimento deste município. A própria população deverá ser fortemente envolvida neste processo de tomada de decisões sobre o futuro dos Mosteiros.

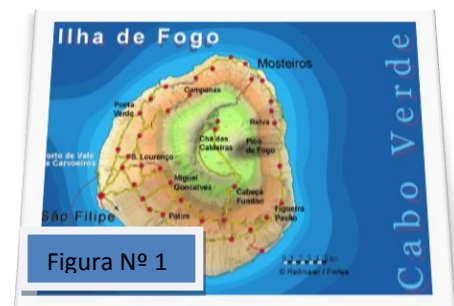
III – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DO MUNICÍPIO

Após a criação deste município, foi criada a Comissão Instaladora do município dos Mosteiros, que assegurou a gestão do concelho até às primeiras eleições ocorridas em 1996, em que saíu vencedor o candidato do PAICV. A partir de então, com a gestão das sucessivas Câmaras, Mosteiros vem conhecendo alguns avanços no seu processo de desenvolvimento.

III.2. Território: Superfície e Localização Geográfica

Mosteiros é um município relativamente pequeno, com uma extensão territorial de 85 Km², integrando a ilha do Fogo que fica situado no Sul do País (Cabo Verde). Fica situado a Norte da ilha do Fogo, confinando-se:

- **Ao Norte:** Oceano Atlântico;
- **Ao Sul:** Município de Santa Catarina do Fogo;
- **A Leste:** Oceano Atlântico;



- **A Oeste:** Município de S. Filipe;

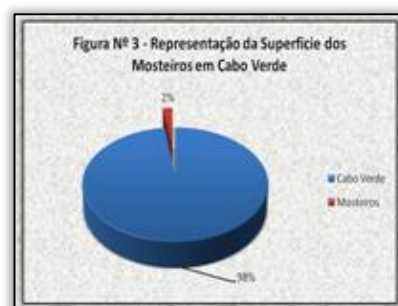
Dista do concelho de S. Filipe a cerca de 50 Km (via Sul, passando pelo município de Santa Catarina) e a cerca de 35 Km (via Norte, seguindo a estrada de Volta-Volta).

A distância-tempo que separa Mosteiros do concelho de S. Filipe varia entre 1H00 a 1H30, dependendo da via utilizada.

A superfície total do concelho corresponde a 18% da ilha do Fogo e apenas 2% do país,

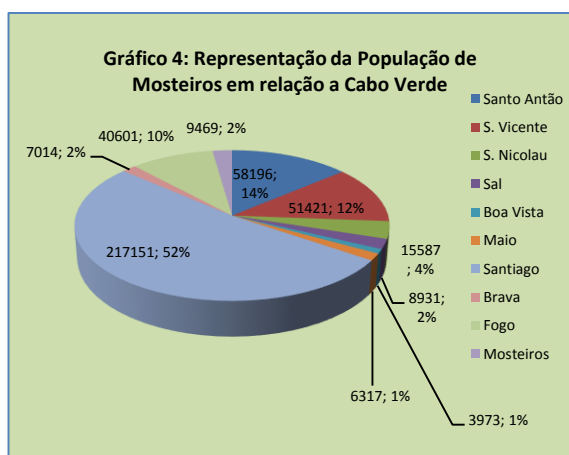


conforme mostram os gráficos das figuras 2 e 3 ao lado.



O concelho é composto por 15 localidades dispersas: Relva, Achada Grande, Corvo, Mosteiros Trás, Feijoal, Pai António, Cutelo Alto, Igreja, Queimada Guincho, Murro, Fajãzinha, Sumbango, Rocha Fora, Ribeira Ilhéu e Atalaia.

III.3. População



De acordo com o censo 2000, Mosteiros tinha uma população residente de 9.469 habitantes,

sendo a projecção para o ano 2006, de acordo com os estudos do INE, de 9.806 habitantes.

Trata-se de um município eminentemente rural, onde apenas uma ínfima percentagem da população (4%) vive no meio urbano, vivendo o resto da população (96%) nas zonas rurais,

dependendo essencialmente, da agricultura, silvicultura e pecuária.

O gráfico da figura 4 mostra a representação da população do concelho no total do país, para se ter uma idéia da dimensão populacional deste município.

III.4. Caracterização da Situação Actual do Município

III.4.1. Aspectos Globais de Desenvolvimento

Hoje, 17 anos após a criação do município dos Mosteiros, são visíveis os significativos passos para o seu desenvolvimento, quer no domínio da infra-estruturação, quer nos domínios da educação, saúde, água, energia e muito mais, embora se reconheça que há ainda um longo caminho a percorrer.

O município dispõe neste momento, de uma rede de infra-estruturas de utilidades educativa, recreativa e desportiva, designadamente escolas do EBI, jardins infantis, polidesportivos e placas desportivas que têm dado alguma satisfação à população local, sobretudo às crianças e jovens, embora estes aspirem muito mais.

A rede viária tem sido melhorada a par da abertura de acessos a comunidades locais. Nesta matéria, merece destaque a construção da estrada de acesso a Cutelo Alto que desencravou essa localidade e abriu novas perspectivas no domínio da agricultura e do turismo. Igualmente, merece menção especial a estrada de acesso a Baía do Corvo, zona onde se perspectiva no futuro, a construção de um porto para servir o município e a ilha.

A Educação no concelho tem registado avanços significativos, quer em matéria de equipamentos físicos (escolas do EBI e jardins infantis), quer em recursos humanos. Neste momento, quase todas as monitoras já têm o 12º ano de escolaridade e aspiram ter formação específica para lidarem com as crianças. No EBI, cerca de 80% dos Professores têm algum nível de formação pedagógica que lhes permite dar o seu contributo para a melhoria da qualidade do ensino. No Ensino Secundário, também a grande maioria dos Professores, cerca de 73% têm alguma formação. Recentemente, foi implementado o 3º ciclo de Ensino Secundário (11º e 12º anos) e foi aberta uma escola secundária privada, portanto, dois acontecimentos de relevo para a melhoria da educação no concelho. Mas apesar destes ganhos já registados, urge criar mais condições para uma boa educação no concelho, designadamente a construção de um liceu bem equipado com biblioteca, sala de informática e laboratórios, para aumentar cada vez mais a qualidade de ensino e permitir o funcionamento da área das Ciências e Tecnologias que ainda não é ministrada no município.

A Saúde conheceu também melhorias significativas nos últimos anos, sobretudo em termos de recursos humanos em que se passou de 01 para 02 Médicos e de 02 para 04 Enfermeiros, tendo assim, melhorado significativamente a taxa de cobertura clínica. Foram melhoradas as

condições de funcionamento dos serviços de saúde com a ligeira ampliação do hospital da vila e aquisição de algumas viaturas e outros equipamentos básicos de trabalho. Encontra-se em construção o Centro de Saúde dos Mosteiros que deverá trazer novas e melhores condições de trabalho, nomeadamente equipamentos de diagnóstico de doenças, laboratórios de análises clínicas, aparelho Raio X, além da presença de Médicos especialistas, que constituem neste momento, os maiores problemas de saúde no concelho.

O acesso à água potável, à energia e ao telefone tem conhecido uma evolução muito positiva ao longo dos últimos anos, acusando taxas razoáveis, comparadas com as de outros municípios do país, contudo há ainda um árduo trabalho a desenvolver para se poder atingir uma situação ideal e que vá de encontro aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Os problemas do ambiente e do saneamento vêm sendo controlados com a implementação do Plano Ambiental Municipal.

O desemprego e a pobreza são ainda problemas que se colocam com alguma acuidade, sobretudo porque o tecido económico é ainda muito fraco e pouco dinâmico, marcado por uma fraca presença do sector privado.

O quadro nº 1 apresenta os principais indicadores sociais do município, dados actualizados em 2007, com a realização do QUIBBE CV 2007, realizado pelo INE.

Quadro nº 1- Principais Indicadores Sociais do Município

SECTORES	VARIÁVEIS/DADOS	ANO DE REF.	FONTE
POPULAÇÃO/TERRITÓRIO	Nº habitantes – 9,469 Superfície – 85 Km2 Densidade – 111 hab./Km2	2000	Censo
EDUCAÇÃO	Taxa de Escolarização – 74% Analfabetismo – 26% Nível de Instrução ✓ Pré-escolar – 5% ✓ Alfabetização – 3% ✓ Ensino Básico – 64% ✓ Ensino Secundário – 27% ✓ Ensino Médio – 0,6% ✓ Ensino Superior – 0,4% Abandono Escolar - 14% Nível de Satisfação – 94%	2007	QUIBBE-CV
SAUDE	Cobertura Clínica: ✓ 01 Médico/4.735 hab. ✓ 01 Enfermeiro/1.894 ✓ Nível de Satisfação – 93%	2007 2007 2007	Informações de Terreno QUIBBE-CV
HABITAÇÃO	Casa própria – 75% Casa arrendada – 6% Casa cedida – 19% Pessoas por quarto – 1,4 Acesso a casa de banho – 67%	2007	QUIBBE-CV
AGUA	Água canalizada - 40% Água chafariz – 12% Água autotanque – 00% Fontes não potáveis – 48%	2007	QUIBBE-CV
SEGURANÇA PÚBLICA	Cobertura policial: ✓ 01 agente/631 habitantes	2007	Informações de Terreno
DESEMPREGO E POBREZA	Taxa de Desemprego – 17,9% Taxa de Pobreza – 51,7%	2007	QUIBBE-CV

III.4.2. Principais Problemas Socio-económicos

Mosteiros é um município relativamente novo, com apenas 17 anos de existência, com poucos recursos naturais, inserido num país pobre, enfrentando, por isso, vários problemas.

Na fase inicial de preparação deste Plano Estratégico, foi realizado um estudo sócio-económico no município e foram identificados como principais problemas sócio-económicos:

✚ ***Fraco dinamismo socio-económico*** – A forma como as comunidades locais se organizam no concelho é ainda deficitária, padecendo de algumas falhas que parecem, em alguns casos, desvirtuar a essência deste tipo de organização social que, em princípio, deve manter uma certa distância da política e nunca cair na tentação de obter lucros.

A organização para a promoção da economia social é fraca e a iniciativa empresarial privada é ainda muito tímida. A presença de ONGs é quase nula no município e as associações comunitárias existentes (em nº de 13), apesar dos seus contributos para o desenvolvimento comunitário, apresentam algumas deficiências na sua actuação, motivadas por falta de formação e espírito de missão.

A única associação mutualista existente funciona com grandes dificuldades, com períodos de ausência total, sem conseguir levar avante o fim que motivou a sua criação.

Não há iniciativas em matéria de auto-organização de grupos profissionais para a defesa dos interesses das respectivas classes, o que obriga a que cada um caminhe na sua direcção, sem nunca atingir o sucesso almejado. Há uma ausência total de investimentos estrangeiros no município, o investimento privado nacional e local é fraco e o investimento público é igualmente fraco, este devido à fraca capacidade financeira do município e quase ausência de intervenção do Governo central.

✚ ***Cultura de dependência face ao sector público*** – Por causa da fraca iniciativa privada que não propicia a criação de renda e emprego autónomo como seria desejável, há uma tendência para as pessoas se manterem dependentes do emprego público e dos apoios dos governos local e nacional. Grande parte da população acredita na obrigação dos

governos em garantir o sustento às famílias e acabam por cruzar os braços, esperando por essa dádiva do Estado.

- ✚ ***Carência de recursos humanos*** – Sendo o município dos Mosteiros um concelho dito da periferia e não havendo uma política activa de fixação de quadros, há uma carência de quadros qualificados para trabalharem nos vários serviços públicos. Por esta razão, pode-se dizer que a capacidade técnica do município para conceber e implementar estratégias de desenvolvimento é ainda muito fraca, tendo por isso, o município, de recorrer a recursos exógenos;
- ✚ ***Fraca capacidade de cobrança de receitas*** – A fragilidade do tecido económico local que é marcado por uma fraca iniciativa empresarial, aliada à falta de intervenção do governo com investimentos públicos de peso, justificam a fraca capacidade de cobrança de receitas a nível local;
- ✚ ***Limitado investimento público*** – A fraca capacidade de cobrança de receitas por parte da Administração local faz limitar o investimento público municipal e, como a intervenção do governo central também tem sido mínima em matéria de investimento público no município, nota-se um adiamento constante da construção das bases do desenvolvimento deste concelho;
- ✚ ***Pobreza com uma taxa acima da média nacional*** – A pobreza, que é um mal nacional, tem no concelho dos Mosteiros um dos seus espaços privilegiados do país, onde acusa das maiores taxas a nível nacional (42,7%). Na sua origem estão vários problemas de entre os quais a falta de espírito de empreendedorismo, o analfabetismo e a baixa produção agrícola;
- ✚ ***Desemprego com uma taxa bastante elevada*** – Apesar de a taxa de desemprego no município ser de apenas 13,5%, de acordo com o Inquérito ao Emprego levado a cabo pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, no ano de 2007, o que, à partida não parece ser assim tão preocupante, a percepção do desemprego no município é motivo de grande preocupação, no seio da população. Esse fosso verificado entre a taxa oficial e a percepção real que se tem do desemprego, tem a ver com as diferenças de entendimentos sobre o conceito e mesmo em relação aos critérios da sua avaliação.

Depois, há a questão dos empregos sazonais versus empregos duradouros que marcam diferenças para a população, mas já para efeitos de estatística, nem por isso;

- ✚ ***Carência habitacional*** – Muitas famílias vivem ainda em condições habitacionais precárias. Apesar de uma boa percentagem delas possuir casa própria, ainda há muitas famílias que vivem em casas que não dispõem de casas de banho com retrete, por exemplo¹;
- ✚ ***Analfabetismo*** – Apesar dos reconhecidos esforços da DGAEA, a taxa de analfabetismo no município dos Mosteiros é ainda preocupante, merecendo, por isso, uma atenção especial. A intervenção da DGAEA no município, conheceu nos últimos anos, um abrandamento em matéria de alfabetização da população, privilegiando a realização de acções de formação profissional de curta duração, à distância;
- ✚ ***Baixo nível académico e profissional*** – A grande maioria dos quadros do município vive em outras ilhas do país ou mesmo no estrangeiro, o que tem levado o município a ficar desprovido de quadros qualificados. Como o município não oferece muitas oportunidades de emprego, nem grandes possibilidades de desenvolvimento profissional, há uma tendência para apenas aqueles com menores qualificações se fixarem neste concelho;
- ✚ ***Emigração da população jovem*** – A emigração na camada jovem, que constitui a força de trabalho, tem causado transtornos a alguns serviços e outros sectores de actividade económica no concelho. Há vários quadros com alguma formação e ou experiência acumulada que, depois de algum tempo a trabalhar para o município, acabam por emigrar, deixando vagas que trazem alguma dificuldade no seu preenchimento. Este facto tem contribuído para uma quebra no ritmo de desenvolvimento do município.

Para uma boa integração social e promoção do desenvolvimento socio-económico no município, urge dar combate a esses problemas que se interrelacionam e concorrem para o impedimento do avanço socio-económico do município.

¹ Informações disponibilizadas pelo QUIBB CV realizado pelo INE nos meses de Junho e Julho de 2006.

III.4.3. Particularidades Sectoriais – Ambientes Interno e Externo

Os vários sectores da vida económica e social no município dos Mosteiros apresentam no seu ambiente interno, aspectos bastante positivos que podem ser considerados pontos fortes a aproveitar para promover o desenvolvimento, bem como outros aspectos que são negativos, devendo por isso, ser ultrapassados, ou pelo menos contornados para evitar que se constituam em obstáculos ao desenvolvimento. Igualmente, o ambiente contextual (externo) desses sectores todos, apresenta também alguns aspectos que são positivos e constituem oportunidades a serem aproveitadas e outros que, contrariamente, constituem ameaças ao processo de desenvolvimento.

O quadro nº 2 da página seguinte apresenta um resumo das particularidades de cada sector, que devem ser consideradas na planificação do desenvolvimento.

Quadro nº 2 - Particularidades Sectoriais em Modelo SWOT

1. SECTOR ECONÓMICO	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
1.1. Agricultura	Existência de terrenos muito férteis; Produção do café e frutas diversas Clima muito favorável na zona alta do município; Intervenção do sector do MADRRM no combate às pragas;	Difícil acesso às zonas agrícolas; Precipitação fraca e irregular; Descrédito social da agricultura; Terrenos desprotegidos; Falta de união entre os agricultores; Dificuldades de escoamento dos produtos; Falta de meios de transformação dos produtos; Falta de assistência técnica; Défice na introdução de novas plantas; Falta de água na zona alta; Elevado preço da água para a rega; Vulnerabilidade a fenómenos meteorológicos indesejáveis; Enfraquecimento evolutivo da activid. Agrícola	Intervenção do programa MCA; Disponibilidade da ACIDI-VOCA em apoiar os produtores de café. Existência de mecanismos legais de expropriação de terrenos.	Aparecimento de pragas (abelhas, lagartos, gafanhotos, tartarugas, e.t.c.); Frequência do vento; Não aderência dos jovens à pratica agrícola; Não cedência de terrenos para a construção de estradas de penetração.
1.2. Pecuária	Abundância de plantas forrageiras na zona alta, devido ao seu micro-clima favorável	Falta de campos de pastagem; Elevado preço dos pastos (ração); Pouca variedade e qualidade de raças animais; Falta de espaços próprios para a criação de espécies como o suíno e o ovino; Inexistência de espaços próprios para abates de animais e venda de carnes; Falta de água na zona alta onde se encontra a maioria dos animais; Pouca quantidade de gado caprino; Falta de tratamento para os animais.		Enfraquecimento da produção do gado caprino na zona alta, devido ao Clima desfavorável; Riscos de doenças e mortes pré-maturas de animais.

1. SECTOR ECONÓMICO	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
1.3. Pesca	Existência de um mar muito rico em recursos haliêuticos	Falta de uma máquina de gelo e de arcas para a conserva do pescado; Carência de materiais de pesca; Inexistência de lojas de peças para motores de popa; Frac capacidade financeira dos pescadores para a aquisição de equipamentos de pesca; Inexistência de uma máquina para arrastar os botes; Inexistência de um cais de pesca; Inexistência de uma associação capaz de defender os direitos e interesses dos pescadores; Falta de equipamentos adequados à pesca do tubarão.	Abertura da Câmara local para conceder apoios pontuais na reparação de botes e aquisição de alguns materiais; Disponibilização de créditos pelo BCA.	Agitação do mar durante longo período do ano; Existência de grande quantidade de tubarões que perturbam a actividade piscatória.
1.4. Comércio	Existência de um conjunto de produtos locais (café, batata, frutas, e.t.c.); Entrada de artigos enviados pelos emigrantes e comercializados a preços acessíveis; Presença de lojas chinesas de produtos diversos e a preços muito acessíveis; Existência de um serviço de fiscalização comercial na Câmara Municipal.	Inexistência de comunicação directa com as restantes ilhas do país; Mercado restrito; Falta de união entre os comerciantes; Preços de alguns produtos relativamente altos, devido aos custos de importação das ilhas; Pouca diversidade de produtos; Ausência de um serviço aduaneiro; Impossibilidade de se efectuar ligação marítima directa c/ outras ilhas, a curto/médio prazo; Limitado investimento público/baixo nível de emprego.	Liberdade de associação de classes definida por lei; Liberalização da importação; Facil acesso ao crédito bancário; Segurança nos investimentos dado o contexto macro-económico; Abertura do Governo para promover formação sobre o IVA; Incentivos fiscais. Parceria especial com a União Europeia; Integração de Cabo Verde na OMC.	Política das seguradoras que não permite a vinda de navios para serem descarregados no alto mar; Indisciplina das vendas ambulantes; Política de impostos (método da estimativa) pouco favorável; Concorrência desleal; Não realização de invest públicos.

1. SECTOR ECONÓMICO	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
1.5. Turismo	Existência de potencialidades para a prática do turismo rural e de montanha; O ambiente de segurança e tranquilidade que se vive no município; A hospitalidade da população local; As paisagens rústicas e os contrastes naturais.	Carência de infraestruturas turísticas; Péssimas condições da rede viária; Inexistência de ligação directa com as outras ilhas; Carência de pessoal com formação em hotelaria e turismo; Falta de meios de diversão para os turistas; Inexistência de uma estrada ou caminho vicinal devidamente sinalizado que ligue vila de igreja a Chã das Caldeiras; Inexistência de uma agência de turismo; Impossib. de se efectuar ligações aéreas c/ outras ilhas a médio prazo	Abertura do aeroporto internacional da Praia; Vontade política do Governo para dar aos municípios responsabilidades em matéria do turismo rural.	Encerramento do aeródromo dos Mosteiros; Medidas das seguradoras de não cobrirem as viagens de navios ao concelho sem um cais acostável; Horário desfavorável dos voos S. Filipe/Praia; Horário defav. dos transp. urbanos e dos que fazem ligação c/ S. Filipe.
1.6. Indústria	Existência de algumas pequenas unidades industriais: oficinas de carpintaria/marcenaria, serralharias, estaleiros de blocos, e.t.c. Ambiente favorável à criação de novas empresas do ramo industrial. Intervenção das autoridades na regulação do quadro concorrencial e do mercado global;	Mercado restrito; Preços de matérias primas elevados; Falta de materiais e equipamentos de trabalho; Inexistência de matérias primas locais; Baixo nível de saída dos produtos industriais.	Incentivos à criação de empresas concedidos pela lei orçamental;	Importação de artigos pré-fabricados; Concorrência desleal por parte de não licenciados.
1.7. Serviços	Representação da maioria dos Serviços Públicos do Estado no município; Existência de um nº considerável de representações de empresas públicas e privadas no município.	Inexistência de alguns serviços importantes como: agências de viagem e turismo, serviços alfandegários, clínicas privadas, e.t.c. Falta de iniciativa empresarial privada. Dependência do município em relação a S.Filipe, relativamente a alguns serviços	Políticas do Governo que incentivam o investimento privado em diversas áreas de prestação de serviços.	Risco de subvalorização do sector terciário na formação da economia local.

1. SECTOR ECONÓMICO	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
1.8. Transportes e Comunicação	Existência de um serviço de transportes urbanos na Câmara Municipal; Transportes inter-municipais assegurados por privados, através de hiaces; Intervenção da Câmara Municipal na construção de vias de acesso para desencravamento de localidades; Existência de uma baía com condições adequadas à construção de um porto; Existência de um aeródromo que, no passado, permitiu a ligação aérea directa do município com a cidade capital Elevada taxa de cobertura de energia eléctrica no município (acima dos 80%); Potencialidades para a produção de energias renováveis (eólica e solar)	Inexistência, actualmente, de ligações marítimas e aéreas directas do município com outras ilhas do país; Má qualidade da estrada de ligação com os restantes municípios do país; Elevado nº de famílias sem acesso à energia eléctrica; Prejuízos suportados pela Câmara Municipal no abastecimento de energia à Zona Norte que se encontra sob a sua responsabilidade; Incapacidade das potências instaladas, para fornecer energia 24/24horas a todas as localidades cobertas; Falta de pessoal técnico de manutenção.	Projecto do Governo para a construção do anel rodoviário do Fogo que vai permitir uma ligação rápida com S. Filipe; Projecto de ampliação do aeroporto de S. Filipe, já em curso; Iniciativa da empresa «FAST FERRY» de criar um frota de transportes marítimos para fazer ligação entre Fogo e outras ilhas. Política de electrificação rural levada a cabo pelo Governo de Cabo Verde;	Riscos de impedimento do desenvolvimento do comércio e do turismo; Sujeição a cortes sucessivos em caso de avarias nos grupos geradores.
1.10. Novas Tecnologias	Disponibilidade e boa vontade dos jovens para ingressarem no mundo das novas tecnologias; Potencialidades do município em domínios sujeitos à aplicação de novas tecnologias de produção;	Situação de subexploração das potencialidades do município devido à ausência de tecnologias modernas; Falta de capacidade técnica para o uso de tecnologias modernas; Carência de recursos financeiros para investir em tecnologias modernas; Baixo nível de uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); Inexistência da área das Ciências e Tecnologias no ensino secundário ministrado no município; Existência de zonas descobertas das redes fixa e móvel de telefone.	Programa de governação electrónica levado a cabo pelo Governo; Possibilidade de rápido conhecimento e utilização das novas tecnologias facultada pela globalização; Integração dos serviços municipais na rede Outlook do Estado;	Riscos de não acompanhamento da rápida evolução tecnológica no mundo globalizado;

2. SECTOR SOCIAL	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
2.1. Educação	80% dos professores do EBI e 73% do Ensino Secundário formados; Existência de uma escola privada de Ensino Secundário.	Falta de um estabelecimento de ensino adequado para albergar todos os níveis do Ensino Secundário; Inexistência de laboratórios para áreas científicas de ensino; Falta de equipamentos informáticos nas escolas do EBI; Insuficiência de espaços de leitura para os alunos estudarem; Elevada taxa de abandono escolar no Ensino Secundário; Taxa de analfabetismo assentuada.	Abertura do Governo no sentido de permitir o investimento privado na área do ensino;	
2.2. Saúde	Nº razoável de Enfermeiros (04) e clínicos gerais (02) colocados no município; Existência de uma Delegacia de Saúde funcional, activa e dinâmica;	Falta de uma estrutura física mais adaptada à realidade actual do município (Centro de Saúde); Carência de especialistas da área da saúde; Falta de meios e equipamentos de trabalho como: Raio X, Laboratório de análises clínicas, aparelhos de diagnóstico de doenças, medicamentos para tratamento de doentes crónicos, e.t.c.	Política do Governo para o sector da Saúde que determinou a construção do Centro de Saúde dos Mosteiros; Possibilidade de fixação de Médicos especialistas no concelho.	Vulnerabilidade a surtos de doenças epidêmicas.
2.3. Habitação	Abundância de terrenos para construção; Papel activo das associações comunitárias; Papel activo do centro da Bornefonden, no município; Existência de mão de obra local em quantidade suficiente.	Percentagem significativa de famílias sem habitação própria; Elevado nº de famílias vivendo em casas sem acesso a casa de banho; Ausência de intervenções de empresas imobiliárias no município; Incapacidade financeira da Câmara Municipal para fazer face aos problemas habitacionais.	Incentivos jovens concedidos pela Câmara Municipal na aquisição de lotes para construção; Política de habitação social levada a cabo pela Câmara Municipal em parceria com o Governo; Programa «Operação Esperança» criado pelo Governo de Cabo Verde; Modalidades de crédito habitação disponibilizadas pela banca.	Risco de degradação evolutiva das condições habitacionais.

2. SECTOR SOCIAL	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
2.4. Ambiente, Água e Saneamento	Trabalho levado a cabo pela ETMA na implementação do PAM; Existência de uma nascente com um caudal diário de 500m3 de água que abastece a maioria da população do concelho; Existência de dois furos com a capacidade total de 120m3/dia; Sistema de produção e bombagem de água automatizado; Acesso rápido da população à água potável;	Inexistência de um espaço adequado ao tratamento dos resíduos sólidos (aterro sanitário ou contentor incinerador); Inexistência de sistemas modernos de tratamento de águas residuais (rede de esgotos e ETAR); Percentagem significativa de famílias sem acesso a água potável;	Projecto financiado pela Cooperação Luxemburguesa que visa a extensão da rede pública de abastecimento de água às zonas altas do município (até uma cota de 900 metros de altitude); Intervenção do programa MCA que vai aumentar a disponibilidade de água no concelho;	Vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas a nível do planeta;
2.5. Emprego e Formação	População jovem, representando força de trabalho; Existência de uma escola de formação profissional de curta duração no município; Papel activo do Centro de Emprego e Formação Profissional da região Fogo/Brava;	Carência de quadros qualificados no município; Inexistência de um pólo universitário na ilha; Falta de políticas activas de fixação de quadros no concelho; Falta da cultura de cidadania;	Criação, pelo Governo, da universidade pública de Cabo Verde; Abertura de escolas privadas de ensino superior no país; Projecto de construção da escola regional de formação profissional do Fogo; Política de promoção da formação profissional levada a cabo pelo Governo;	Riscos de sub-exploração das potencialidades locais com reflexo negativo no crescimento da economia local.
2.6. Cultura e Desportos	Existência de pequenos grupos culturais com alguma iniciativa; População jovem com vontade de praticar desportos; Disponibilidade do Pelouro de Cultura e Desportos para apoiar estes sectores.	Carência de equipamentos culturais; Indiferença dos munícipes em relação aos valores culturais; Pouca diversidade de modalidades desportivas; Vulnerabilidade a influências de outras culturas;	Política favorável do Governo, no sentido de apoiar a diversidade cultural do país, dando-a uma projecção não só nacional, mas também internacional.	Risco de perda de traços culturais genuinamente locais;

2. SECTOR SOCIAL	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
2.7. Emigração	Elevado nº de emigrantes bem sucedidos; Laços fortes de ligação dos emigrantes com o município; Vontade expressa dos emigrantes para colaborarem no processo de desenvolvimento do município.	Falta de orientação dos investimentos dos emigrantes; Pouco investimento dos emigrantes em projectos empresariais; Existência de emigrantes mal sucedidos e ou deportados.	Política de incentivos aos emigrantes adoptada pelo Governo de Cabo Verde; Regime de crédito bonificado e outras vantagens disponibilizados pelos bancos.	Possibilidade de escassez de mão de obra no município, o que poderá comprometer o processo de desenvolvimento.
2.8. Direitos Humanos e Cidadania	Ambiente de hospitalidade e paz social; Existência de um controlo social forte; Facilidade de integração social dos imigrantes; Existência de um Gabinete de Atendimento Personalizado dos Deportados; Boas relações institucionais entre a Câmara e as instituições de promoção dos direitos humanos.	Carência de meios necessários para garantir todos os direitos consagrados na lei; Existência no município, de um nº razoável de emigrantes deportados; Elevadas taxas de desemprego e pobreza; Existência de um nº razoável de pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social Falta de espaços adequados à participação dos munícipes na vida do município; Falta de espaços de acolhimento e acompanha// de pessoas em situação de vulnerabilidade; Uso abusivo de bebidas alcoólicas.	Aprovação pelo Governo, do Plano Nacional de Combate à Violência baseada no género Adopção pelo Governo de políticas de protecção dos direitos humanos, através do PNADHC e do PNIEG; Parceria entre o Governo e a CMM para a implementação da metodologia do OP.	

2. SECTOR SOCIAL	AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
2.9. Justiça e Segurança Pública	Estabilidade política e social; Presença de instâncias judiciais; Existência de um Centro Municipal de Operações de Emergência e Protecção Civil; Existência de uma delegação da Cruz Vermelha de Cabo Verde; Sistema de comunicação eficiente entre o CMOEPC e o Serviço Nacional de Protecção Civil;	Tribunal sem competências plenas (comarca de 3ª classe); Dificuldades das famílias carenciadas no acesso à justiça; Insuficiência de meios para trabalhos policiais; Cobertura policial aquém da média nacional; Falta de equipamentos adequados para fazer face a situações de emergência; Insuficiência de recursos humanos e materiais para a fiscalização marítima; Impossibilidade de ligações directas do município com outras ilhas do país;	Decisão do Governo no sentido da instalação da Casa do Direito no concelho;	Riscos de catástrofes naturais e humanos como: erupção vulcânica, enxurradas, tremor de terra, incêndio florestal, acidentes de viação...

IV - OBJECTIVOS, VISÃO E METAS

IV.1. Objectivos Globais

O Município dos Mosteiros almeja atingir patamares avançados de desenvolvimento, com base numa transformação profunda da sociedade e no reforço, na mudança e na reorganização do processo produtivo local, de modo a melhor garantir o bem-estar social individual e colectivo da sua população.

São, portanto, os seguintes objectivos globais pretendidos com o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros:

1. Construção de uma sociedade dinâmica, justa, segura, participativa e equilibrada, respeitadora dos direitos do homem e dos princípios da liberdade e democracia;
2. Criação no município, de um tecido económico forte e dinâmico, assente numa base produtiva sólida, sustentável e geradora de emprego e renda.

IV.2. Objectivos Intermédios

1. Definir uma política de desenvolvimento sustentável do município;
2. Reduzir o desemprego e a pobreza;
3. Promover a rentabilidade das actividades económicas;
4. Garantir o auto-sustento das actividades geradoras de rendimento e emprego;
5. Elevar o nível e a qualidade de vida dos mosteirenses;
6. Incrementar o investimento público no município;
7. Incrementar o investimento privado nacional e estrangeiro;
8. Dotar o município de quadros qualificados;
9. Incrementar a produção local, através da introdução de novas tecnologias no sistema produtivo;
10. Aumentar a capacidade de cobrança de receitas municipais;
11. Promover a qualidade ambiental;
12. Promover a cidadania e o desenvolvimento humano;
13. Criar condições para um desenvolvimento sócio-cultural equilibrado dos mosteirenses;
14. Fomentar a participação da emigração no processo de crescimento económico do município.

IV.3. Metas

Os objectivos de desenvolvimento consagrados neste plano estratégico inserem-se no contexto macro (de Cabo Verde) e integram as políticas globais de desenvolvimento do país, que, por sua vez, levam em consideração o contexto internacional e bem assim os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Nesta linha, os promotores e responsáveis pela execução deste plano deverão ter uma actuação inteligente em que a elevação do nível e da qualidade de vida dos munícipes deverá estar no centro das atenções.

É nesta perspectiva que, para que os objectivos traçados possam conduzir ao futuro pretendido, fixam-se, desde já, as seguintes metas que deverão ser alcançadas no horizonte do plano:

1. Aumentar o nível de acesso a casa de banho de cerca de 67% para 95/100%, até 2012;
2. Aumentar o nível de acesso a água canalizada de 50%, para 90%, até 2015;
3. Aumentar a taxa de cobertura de energia eléctrica de cerca de 80% para 100%, até 2012;
4. Reduzir a percentagem de famílias sem casa própria de 25% para níveis de um dígito, até 2020;
5. Reduzir a taxa de desemprego de 13,5% para menos de 10%, até 2020;
6. Reduzir a taxa de pobreza para metade, passando de 43% para cerca de 21%, até 2020.
7. Aumentar a taxa de escolarização de 74 para a ordem dos 90%, até 2020;
8. Triplicar a taxa actual do nível de instrução no Ensino Médio/Superior, até 2020;
9. Reduzir o analfabetismo para níveis de um dígito, até 2020;
10. Elevar a taxa de cobertura clínica para níveis aproximados de 1 médico/2.300 hab e 1 enfermeiro/900 hab, até 2020;
11. Elevar a taxa de cobertura policial para níveis aproximados de 1 policial/400 hab, até 2020;

IV.4. Visão

O município dos Mosteiros mostra sinais encorajadores de um futuro próspero, embora sendo certo que o alcance dessa prosperidade exige um esforço conjunto de todos. Com efeito, revelam-se necessários mais investimentos no capital humano, no sector produtivo e nos meios de produção. Tudo isto com vista a criar condições para uma exploração efectiva das potencialidades que o município apresenta, sobretudo nos domínios da agricultura e do turismo. Afora essas potencialidades, o município apresenta ainda vantagens relativas no que respeita às

condições para a criação de infraestruturas impulsionadoras do desenvolvimento económico. Destacam-se aqui, algumas condições prévias já criadas, nomeadamente a estrada de acesso à Baía do Corvo, construída pela Câmara Municipal, que facilitará a construção do futuro porto dos Mosteiros, bem como a existência do antigo aeródromo dos Mosteiros que só necessita de reabilitação e ampliação para permitir a ligação aérea do município com outras ilhas do país.

As aspirações dos actores políticos, económicos e sociais e da própria população do concelho em geral, convergem no sentido de se lutar pela construção de um futuro muito próspero, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social. Para tanto, dever-se-á apostar na transformação das já referidas vantagens relativas em vantagens competitivas do município e, a partir destas vantagens competitivas, fazer gerar factores avançados de competitividade.

É nesta perspectiva que o presente plano define como visão estratégica para um horizonte temporal de 12 anos:

Um Mosteiros com forte dinamismo sócio-económico, assente numa base produtiva consistente, sustentável e geradora de renda e emprego, capaz de responder aos anseios, aspirações e necessidades da população, portanto com elevados níveis de competitividade e atractividade à escala regional (da região Fogo/Brava) e nacional (do país).

VI.5. Missão

O promotor e os parceiros envolvidos na implementação das intervenções propostas no Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros deverão criar, através das estratégias e medidas de política definidas neste documento, as condições para o bem-estar social individual e colectivo dos mosteirenses. Terão, por isso, que assumir o compromisso de agir em comum e com espírito de missão, esforçando-se o máximo possível para a concretização dos objectivos traçados e, consequentemente, da visão construída.

Todos têm o compromisso de trabalhar arduamente para a satisfação das necessidades reais do município e dos munícipes, no quadro global de desenvolvimento do país, dando também especial atenção às grandes questões que marcam a actualidade e que constam das agendas nacional e internacional, quais sejam: ***a luta contra a pobreza, a defesa dos direitos humanos e cidadania e a problemática ambiental.***

As linhas de orientação estratégica propostas por este plano definem o caminho a seguir para se poder obter os máximos resultados desejados.

V - LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

V.1. Ideias-chave que devem orientar a Transformação de Mosteiros

As necessidades e aspirações da população do concelho conhecidas através da realização do diagnóstico sócio-económico e territorial de forma participada, requerem a adopção de políticas de fundo assentes nas seguintes idéias que deverão nortear a transformação do município:

- ✓ *Uma melhor qualidade de vida e ambiental;*
- ✓ *Um tecido produtivo mais sólido, criativo e dinâmico;*
- ✓ *Maior renda e emprego para os munícipes;*
- ✓ *Melhores condições de Saúde e Habitação;*
- ✓ *Maior nível de instrução da sua população;*
- ✓ *Mais democracia e liberdade;*
- ✓ *Maior capacidade técnica e tecnológica;*
- ✓ *Mais infra-estruturas físicas;*
- ✓ *Maior facilidade na comunicação com os restantes municípios da ilha;*

V.2. Domínios Estratégicos de Intervenção para Transformar o Município

As ideias-chave para a transformação do município deverão consubstanciar-se nos seguintes domínios estratégicos de intervenção que, por sua vez, deverão conduzir à realização dos Objectivos e concretização da visão construída:

Domínio Estratégico 1 - Redução do Desemprego e da Pobreza

O desemprego e a pobreza são problemas estruturais de âmbito nacional que, em muitos casos, aparecem numa relação causa-efeito, o que tem constituído preocupação constante dos sucessivos Governos de Cabo Verde. O município dos Mosteiros também não está isento destes problemas, sendo mesmo um dos concelhos mais afectados, com taxas elevadas de desemprego e pobreza que são marcas evidentes do subdesenvolvimento. Enquanto se mantiverem taxas elevadas de desemprego e pobreza, não se poderá falar em desenvolvimento sócio-económico.

Por esta razão, os objectivos de promoção do desenvolvimento devem ter como estratégia prioritária, a Redução do Desemprego e da Pobreza que, além do mais, contituem Objectivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pelo sistema das Nações Unidas.

Os programas dos sucessivos governos têm priorizado este domínio estratégico de intervenção e, no decurso da 6ª legislatura (em 2002), elaborou-se o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza que, cuidadosamente, definiu as estratégias de crescimento e redução da pobreza em Cabo Verde.

É nesta base que o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros procura definir uma política clara de promoção do crescimento, alargando a base produtiva local, por forma a criar emprego e renda para os munícipes, reduzindo assim, substancialmente, o desemprego e a pobreza. O estímulo às iniciativas empresariais para a construção de um sector privado sólido e dinâmico constituirá a base dessa política.

Domínio Estratégico 2 - Capacitação Técnica, Profissional e Tecnológica

O capital humano é hoje considerado factor dinâmico ou avançado de competitividade que deve ser privilegiado em relação aos chamados factores primários de competitividade que têm a ver com a mão de obra barata e a existência de recursos naturais abundantes. O saber fazer, a criatividade e o poder de inovação constituem hoje o motor do desenvolvimento. A criação destas capacidades tem sido uma aposta forte do actual governo na perseguição dos Objectivos de Desenvolvimento do Milênio para uma inserção dinâmica do país na economia mundial.

As altas tecnologias, hoje, já não levam uma temporada para chegarem ao terceiro mundo. Mal são produzidas já são do conhecimento de todos, podendo ser utilizadas por cada um, de acordo com a sua preparação. Daí a necessidade de se apostar cada vez mais na capacitação dos recursos humanos e na aquisição de novas tecnologias para a promoção do crescimento económico propiciador do desenvolvimento.

No caso concreto dos Mosteiros, o diagnóstico sócio-económico e territorial aponta para a existência de várias potencialidades que não vêm sendo exploradas por falta dessas capacidades, razão pela qual o plano propõe uma intervenção forte neste domínio.

Domínio Estratégico 3 - Criação de Infra-estruturas-chave do Desenvolvimento

A existência de infra-estruturas de base, nomeadamente as ligadas aos transportes e à comunicação, constitui pressuposto fundamental para o desenvolvimento económico e social.

São, pois, estas infra-estruturas que, além de propiciarem a criação de empregos, permitem a intercomunicabilidade entre zonas, ilhas, regiões, países e continentes, o que faz encurtar as distâncias e rentabiliza os recursos disponíveis no planeta. Esta política tem sido uma aposta forte do governo, apesar das dificuldades que Cabo Verde, com a sua condição de país insular, oferece.

As autoridades locais e os munícipes deste concelho estão cada vez mais conscientes da necessidade de o município apostar na criação de uma rede destas infra-estruturas, para permitir o arranque efectivo do seu desenvolvimento.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros elege assim, como um dos grandes domínios de intervenção, a criação de uma rede de infra-estruturas portuária, aeroportuária e viária, capaz de promover a descolagem efectiva do município rumo ao seu desenvolvimento.

Domínio Estratégico 4 - Criação de um tecido económico local dinâmico e sustentável

Antes da formulação deste plano, foi realizado um diagnóstico que identificou como problema maior deste município, o fraco dinamismo sócio-económico que tem na base um tecido produtivo frágil, caracterizado por uma fraca iniciativa empresarial, portanto, com forte dependência face ao sector público. É este mesmo problema que traz consequências como o desemprego, o baixo rendimento e a pobreza. O plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros deverá portanto, ter uma actuação no sentido de inverter esta situação, alargando a base produtiva existente, estimulando a iniciativa empresarial privada por forma a diminuir o desemprego, aumentar as rendas das famílias e, consequentemente, reduzir a taxa de pobreza no município. Para o efeito, deverá haver um serviço de orientação dos investimentos dos empresários locais e dos emigrantes, mas também deverá haver parcerias fortes no sentido de se criar as condições necessárias para a atracção do investimento estrangeiro. Um clima propício ao desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas (PME) deverá ser criado, fazendo gerar elevados padrões de vantagens competitivas, alicerçados nos chamados factores avançados de competitividade, nomeadamente o capital humano e a oferta de elevados níveis de serviços.

Deverá ser aproveitada a oportunidade dada pelo programa MCA no reforço do sector privado para a área da Agricultura e, a par desta oportunidade, criar outras para abranger outras áreas do sector privado.

Domínio Estratégico 5 - Promoção de um desenvolvimento sócio-cultural equilibrado dos mosteirenses;

A construção de uma sociedade justa, equilibrada e dinâmica insere-se nos objectivos globais do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros (PEDM). Os aspectos sociais e culturais deverão ser convenientemente integrados de molde a que estas duas dimensões possam concorrer para o desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável que se quer para o município. A criação de cada vez melhores condições de acesso à educação, saúde, água, saneamento básico, habitação, emprego, qualidade de vida e bem-estar social individual e colectivo de uma forma geral, deverá nortear toda a intervenção das autoridades locais no sector social.

As políticas sociais deverão ser direccionadas para a criação de uma sociedade autónoma e independente capaz de participar de forma activa na vida económica e social do município. Uma forte aposta deverá ser feita na promoção do desenvolvimento humano (o empowerment), na certeza de que, tendo o homem mosteirense bem instruído e com algum poder (informação e conhecimento), este estará apto a fazer avançar toda a sociedade.

Uma outra dimensão que hoje em dia assume papel preponderante na elevação colossal do desenvolvimento social e económico é a cultura. Assim, na mesma linha das políticas do governo, o município deverá apostar na integração da cultura com sectores como a educação, formação e cidadania, com um forte envolvimento das instituições públicas e privadas e da sociedade civil, na preservação e valorização de todo o património cultural do município (monumentos, sítios, música, teatro, dança, artes e memória histórica).

Domínio Estratégico 6 - Promoção da Qualidade Ambiental

As questões ambientais fazem hoje parte da agenda mundial e têm sido um dos requisitos fundamentais a observar na concepção e implementação de qualquer projecto a ser financiado por organismos internacionais. Os problemas ambientais vêm se agudizando a cada dia que passa, a nível mundial, pelo que cabe às autoridades, o papel de estancar esse processo de degradação constante do ambiente que é o suporte da nossa vida.

A protecção ambiental é assim, o factor determinante das condições de sustentabilidade que é, por sua vez a característica fundamental do desenvolvimento. É nesta base que o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros elege a promoção da qualidade ambiental como um dos seus grandes domínios de intervenção, com vista ao desenvolvimento sustentável do município.

O quadro nº 3 apresenta, de forma resumida, as políticas globais de desenvolvimento por domínio estratégico de intervenção proposto pelo plano.

Quadro nº 3 - Resumo das Estratégias Globais de Intervenção

DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS DE POLÍTICA	INDICADORES DE RESULTADOS	INSTRUMENTOS DE ARTICULAÇÃO
Domínio Estratégico 1: Redução do Desemprego e da Pobreza	Criação de mecanismos de promoção de actividades geradoras de rendimento e emprego autónomo;	Nº de pequenas e médias empresas criadas;	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza; Programa Operação Esperança Programa Millenium Challenge account Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza Programa de Luta contra a Pobreza no meio Rural
	Adopção de medidas facilitadoras do desenvolvimento da economia social e solidária;	Quantidade de empregos gerados; Nº de famílias beneficiadas com moradias sociais ou reabilitação de casas;	
	Revisão e intensificação das políticas de construção e reabilitação de habitações sociais;	Nº de associações criadas; Grau de desempenho dos profissionais dos diversos ramos;	
	Promoção do cooperativismo, associativismo comunitário e auto-organização de grupos profissionais;	Impacto das intervenções das associações nas comunidades locais;	
		Grau de eficácia e efectividade das acções levadas a cabo no município;	
	Coordenação das políticas e programas implementadas no território municipal por diferentes entidades		
Domínio Estratégico 2: Capacitação Técnica, Profissional e Tecnológica	Adopção de Políticas activas de fixação de quadros qualificados no município - Moradias económicas, incentivos psico-sociais e regalias sociais;	Quantidade de quadros qualificados fixados no município;	Plano Estratégico de Formação Profissional; Plano Estratégico para a Educação;
	Criação de medidas facilitadoras de maior participação dos jovens do concelho no Ensino Superior;	Capacidade técnica do município para implementar estratégias de desenvolvimento;	
		Capacidade de oferta de formação profissional no município;	
		Nível e qualidade dos cursos ministrados;	
	Criação de mais oportunidades de formação técnica e profissional;	Quantidade de jovens com qualificação profissional;	
		Nível de inserção profissional dos jovens formados;	
		Capacidade produtiva local;	
	Políticas de inserção profissional dos jovens no mundo do trabalho;		
	Introdução de novas tecnologias no sistema produtivo local;		

DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS DE POLÍTICA	INDICADORES DE RESULTADO	INSTRUMENTOS DE ARTICULAÇÃO
Domínio Estratégico 3: Criação de Infra-estruturas-chave do desenvolvimento	Intensificação das parcerias com entidades nacionais e estrangeiras com vista à realização de investimentos públicos;	Nº de geminações e protocolos de cooperação assinados;	Programa do Governo 2006 - 2011 Plataforma Eleitoral sufragado a 18 de Maio de 2008
		Investimentos públicos realizados;	
		Quantidade e qualidade de infraestruturas construídas no município;	
	Canalização dos recursos para a construção de infraestruturas de grande porte, de forma faseada;	Impacto das infraestruturas na vida das famílias do concelho;	
Domínio Estratégico 4: Criação de um Tecido Económico local dinâmico e Sustentável	Adopção de políticas de incentivo ao investimento estrangeiro e nacional;	Investimentos privados nacionais e estrangeiros feitos;	Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola;
		Impacto dos investimentos dos emigrantes na vida das famílias residentes;	
	Políticas de orientação dos investimentos dos emigrantes e empresários locais;	Contribuição da actividade agro-pecuária na formação do PIB local;	
	Modernização e desenvolvimento da actividade agro-pecuária;	Fluxo turístico no município;	
	Aposta no turismo rural e de montanha;	Peso do turismo na economia local;	
		Contribuição da pesca para a economia local;	
	Modernização e desenvolvimento da pesca;	Valor acrescentado do comércio;	
		Nível de competitividade dos produtos produzidos localmente;	
	Reforço e intensificação da actividade comercial;		
	Valorização da produção e dos produtos locais;		
Domínio Estratégico 5: Promoção de um Desenvolvimento Sócio-cultural equilibrado dos mosteirenses	Concertação e mobilização social dos actores implicados no processo de desenvolvimento do município;	Nível de relacionamento entre os diversos actores;	Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e Cidadania Plano Nacional para a Igualdade e Equidade do Género Plano Nacional de Combate à Violência baseada no género Documento dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio
		Grau de participação feminina na vida do município;	
	Políticas de protecção dos direitos humanos e da condição feminina;	Nº de jovens formados a trabalhar	
	Políticas de inserção social e profissional;	Grau de participação social dos portadores de deficiências;	
	Promoção do associativismo e da auto-organização das comunidades locais	Nível de manifestação cultural no município;	
	Valorização da arte e da cultura local;	Grau de satisfação dos emigrantes do concelho;	
	Adopção de políticas de apoio e incentivo aos emigrantes;	Qualidade de vida dos munícipes do concelho;	
	Adopção de medidas tendentes a melhorar as condições de prestação dos serviços de saúde no município;	Nível de instrução da população;	
	Adopção de políticas de elevação do nível e da qualidade de ensino no concelho	Taxa de escolarização da população;	
	Redução do analfabetismo e abandono escolar;		

DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS DE POLÍTICA	INDICADORES DE RESULTADO	INSTRUMENTOS DE ARTICULAÇÃO
Domínio Estratégico 6: Promoção da Qualidade Ambiental	Prevenção de actividades nefastas do homem sobre a natureza;	Atitudes da população em relação ao ambiente; Nível de qualidade ambiental; Nível de equilíbrio ambiental	Programa de luta contra a desertificação; Plano Ambiental Municipal;
	Criação de mecanismos de protecção do ecossistema local;		
	Exploração dos recursos naturais de forma sustentada;		
	Protecção da orla marítima		

VI - POLÍTICAS SECTORIAIS

Com base na análise da situação actual dos vários sectores da vida económica e social do município, tendo em conta as suas potencialidades e os seus constrangimentos, bem como os pontos fortes e os pontos fracos, o plano propõe as seguintes orientações de carácter sectorial, visando o aproveitamento dos pontos fortes e oportunidades para fazer face às fraquezas e ameaças de cada sector, de modo a promover o desenvolvimento económico e social do município que se quer integrado, harmonioso e equilibrado, portanto sustentável.

VI.1. Sector Económico

VI.1.1. Agro-pecuária

No horizonte 2009-2020, propõe-se um desenvolvimento sustentável da actividade agro-pecuária, através da implementação de técnicas modernas que possam permitir uma melhor exploração das potencialidades do município, fazendo gerar mais rendimentos para as famílias e contribuir para a redução do desemprego e da pobreza. Perspectiva-se também, a transformação de produtos agro-pecuários em produtos manufacturados com identificação da marca e do nome do município, projectando-os a nível nacional e mesmo internacional.

Para fazer face ao descrédito social da actividade agrícola, que actualmente se verifica, há que adoptar políticas de incentivos capazes de gerar mais vontade e espírito empreendedor dos jovens, fazendo com que não percam os costumes e os hábitos dos mais velhos em relação a esta actividade que, tradicionalmente assume papel determinante na formação do PIB local.

Em relação à questão fundiária, há que criar as condições necessárias para ultrapassar as dificuldades existentes, principalmente com os terrenos do Estado, através da reconfiguração e reafecção dos mesmos, por forma a permitir uma gestão mais racional e adequada, além da rentabilização do uso dessas propriedades.

Um dos problemas que mais afecta a actividade agro-pecuária é a questão da água e nisso, deverá haver uma política de redução do preço da água para a rega, bem como de aumento do caudal actualmente existente, por forma a permitir a prática da agricultura de regadio em alternativa à de sequeiro.

Para viabilizar a implementação das políticas propostas pelo plano deverá apostar-se ainda no associativismo, buscando a inserção e a união entre aqueles que exercem a actividade agrícola, para permitir um desenvolvimento mais rápido e eficaz deste sector.

VI.1.2. Pesca

Sendo Cabo Verde um país de natureza insular, com uma extensa orla costeira e uma situação geo-económica privilegiada, onde o mar constitui uma fonte de recursos, é natural que a pesca assuma papel de destaque na garantia da sobrevivência e mesmo na formação do PIB.

No município dos Mosteiros procurar-se-á uma gestão inteligente dos recursos da pesca, através da promoção de novas técnicas e tecnologias de pesca e embarcações que permitam uma actividade virada para a geração de renda e emprego para as famílias.

No horizonte temporal do Plano, deverá privilegiar-se a construção de infra-estruturas ligadas à pesca, bem como a criação de capacidades de prestação de serviços neste domínio, designadamente na reparação de embarcações e financiamento da actividade.

Deverá haver parcerias institucionais, por forma a se adoptar uma política de crédito bancário para a actividade piscatória, com taxas de juros baixos que permitam um maior investimento privado neste sector.

VI.1.3. Comércio

A adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comercio (OMC) vai obrigar o país e, em particular o município dos Mosteiros, a um esforço no sentido de adequar a actividade às regras internacionais.

Propõe-se que o município crie um sector comercial moderno e organizado, através de conveniente regulação do mercado e promoção da concorrência.

Para o Horizonte deste plano (12 anos), o município deverá investir na criação de condições objectivas para a modernização do comércio e reestruturação do mercado local, num quadro concorrencial legal, propiciador de ganhos para os consumidores, com base na diversificação de produtos e baixa dos preços.

VI.1.4. Turismo

O Governo de Cabo Verde elegeu o Turismo como sector privilegiado de promoção do desenvolvimento económico do país e, nesta base, vem implementando políticas acertadas para responder aos novos desafios e exigências do mercado.

É neste quadro que o município dos Mosteiros deverá apostar na melhoria da qualidade da oferta de alojamentos, via novos investimentos, com tipos de produtos diferenciados, ou seja, operadores turísticos com uma forte capacidade para desenvolver mix de produtos.

Deverão ser aproveitadas as potencialidades turísticas do município, nomeadamente do turismo rural e de montanha, transformando este sector num autêntico motor de desenvolvimento do município.

Será igualmente necessária uma interligação com o sector das Infra-estruturas e Transportes, particularmente no que respeita aos investimentos na rede viária e infra-estruturas portuárias e aeroportuárias, com o propósito de aumentar a oferta turística e, desta forma, proporcionar o aumento de emprego.

As políticas deste sector deverão poder fomentar o empreendedorismo jovem, proporcionando a criação de renda e emprego, com forte impacto na economia local.

VI.1.5. Artesanato

O artesanato assume, a cada dia que passa, um alto valor turístico e cultural, portanto uma actividade susceptível de contribuir para a economia local. A valorização desta actividade já é

uma preocupação nacional, quer da parte das entidades governamentais, quer das Organizações não Governamentais (ONG), no âmbito da promoção da economia social e solidária.

Urge portanto redinamizar o artesanato artístico local, por forma a constituir um valor acrescentado na economia local. É precisamente para cumprir este desiderato, que o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros propõe medidas tendentes a dar maior visibilidade a esta actividade no município, numa perspectiva de integração com a cultura e o turismo.

VI.1.6. Indústria

Para além de pequenas e médias empresas de prestação de serviços, procurar-se-á também incentivar a criação de unidades de transformação de produtos locais, capazes de gerar emprego e renda para as famílias.

Há que criar um ambiente favorável para a realização de investimentos no sector industrial, permitindo o incremento da produção industrial local.

Deverão ainda ser aproveitados os produtos de diversas actividades para criar pequenas e médias empresas de transformação desses produtos em produtos manufacturados para serem comercializados no município, na Ilha, no país ou mesmo no estrangeiro.

VI.1.7. Serviços

Nesta era da informação e do conhecimento, o sector dos serviços assume papel preponderante na economia mundial e Cabo Verde não foge à regra. O sector terciário tem tido um peso relevante na formação do PIB, graças à forte aposta do Governo na promoção da eficiência e qualidade dos serviços prestados. Há informações de que, hoje em dia, em muitos países, as exportações de serviços superam de longe as de produtos industriais.

Neste contexto, o município dos Mosteiros deverá apostar fortemente neste sector, envolvendo os vários serviços desconcentrados e a Câmara Municipal, na resolução dos constrangimentos existentes no sector dos serviços.

Para o horizonte temporal do plano, há necessidade de investimentos na melhoria das condições e reforço das competências dos diversos serviços públicos existentes no Município, bem como

incentivo à criação de pequenas e médias empresas de prestação de serviços complementares ao sector produtivo.

Deverão ser implementadas medidas no sentido de reduzir ou eliminar a dependência do município em relação a outros concelhos, em face da inexistência de alguns serviços importantes tais como, clínicas privadas, laboratórios de análises clínicas, Raios-X, e Serviços Alfandegários, por forma a permitir aos munícipes, ganhar tempo e reduzir os gastos.

VI.1.8. Infra-estruturas e Transportes

O desenvolvimento do município dos Mosteiros deverá passar por um forte investimento na construção de infra-estruturas estruturantes capazes de permitir a sua descolagem efectiva rumo ao progresso económico.

Deverá apostar-se, portanto, em infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias de modo a permitir uma ligação rápida com os municípios de Santa Catarina e São Filipe, bem como ligações marítimas e aéreas directas com outros municípios do país, o que facilitará a exportação para outras partes, sem perda de qualidade dos produtos, por deterioração, como habitualmente acontece.

As autoridades municipais deverão promover uma concertação com os parceiros privados, no sentido de haver um investimento forte no sector de transportes, facilitando o surgimento de empresas de transporte de passageiros e libertando a Câmara Municipal desta actividade, para passar apenas a controlar e fiscalizar.

VI.1.9. Energia

Para o horizonte de 12 anos, busca-se um sistema energético moderno e eficaz, capaz de garantir uma provisão adequada às necessidades de produção de bens e serviços, facilitando o processo de crescimento e a competitividade da economia local e, consequentemente, a melhoria do conforto e da qualidade de vida dos munícipes.

As políticas para este sector deverão constituir prioridade para o município, já que, na sua dependência está o desenvolvimento de todo o sector produtivo. Deverão ser aproveitadas as

potencialidades existentes no município, para a produção das energias solar e eólica em alternativa à energia produzida através do combustível.

A aposta do Município deverá, portanto, ser na utilização de energias renováveis, baseada no emprego de novas tecnologias, visando alargar a capacidade de abastecimento e garantir aos munícipes, cada vez melhor acesso a este bem, em condições de qualidade e de preço satisfatório.

VI.1.10. Novas Tecnologias

As formas tradicionais de exploração dos recursos naturais e as técnicas pouco eficientes aplicadas no processo produtivo já não dão garantias nos dias que correm, porquanto são muito pouco competitivos. Hoje, as novas tecnologias assumem papel preponderante no processo produtivo e na intercomunicabilidade entre mercados distantes, com repercussões altamente positivas no processo de crescimento económico.

Ciente deste facto, o PEDM propõe a introdução de tecnologias e técnicas modernas de produção para permitir a reestruturação de todo o processo produtivo local. Igualmente, deverá optar-se pela modernização do sector das telecomunicações, fazendo chegar a todos os pontos do Município as redes móvel e fixa de telefone, conjuntamente com as empresas da área (Telecom, T-Mais e outras que eventualmente venham a surgir no mercado). Além disso, poderão ser estabelecidas parcerias públicas e privadas com vista a melhorar as condições da radiodifusão e da emissão televisiva no município.

O município deverá ainda apostar nas TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação, dando assim oportunidade aos jovens e à população em geral, de estarem em permanente contacto com o mundo e prepararem-se para as exigências do mundo globalizado.

VI.2. Sector Social

VI.2.1. Educação

Tendo em conta a importância da educação no desenvolvimento de toda e qualquer sociedade, uma atenção especial deverá ser dada a este sector. Sabe-se que a educação é um espaço de mobilidade social por excelência, e de capital importância, principalmente na nossa sociedade

onde os recursos naturais são escassos. Neste sentido, a grande aposta do município deverá ser numa educação de qualidade, que contribua para um desenvolvimento equilibrado integrado e sustentável.

Pode-se afirmar que o concelho dos Mosteiros preenche os requisitos necessários para o seu desenvolvimento, se as potencialidades existentes nos vários domínios forem convenientemente explorados.

Analisando a educação do ponto de vista global, verifica-se que foram já conseguidos ganhos importantes, desde a construção de Jardins Infantis e Escolas do EBI até a implementação recente do terceiro ciclo do Ensino Secundário no concelho e recrutamento de professores qualificados para o ensino, embora se considere que este é o início de uma longa caminhada, uma vez que há muitos desafios pela frente.

As políticas para a educação, no horizonte do plano, deverão ser direccionadas para a criação de condições adequadas nas escolas e noutros espaços de aprendizagem, nomeadamente a criação de espaços físicos adequados e a aquisição de equipamentos educativos modernos. Essas políticas deverão ainda ir no sentido de reduzir o abandono escolar e a taxa de analfabetismo e aumentar o nível de instrução da população do concelho.

VI.2.2. Saúde

A saúde é também um dos sectores que, apesar de alguns ganhos já conseguidos nos últimos tempos, demonstra ainda carências que devem ser tidas em consideração. Há necessidade de criação de um centro de saúde condigno com equipamentos modernos, laboratório de análises clínicas e aparelho Raio X, necessários para uma melhor prestação dos serviços de saúde. Criar no município, condições favoráveis ao acolhimento de clínicas privadas e médicos especialistas, deverá ser outra aposta das autoridades municipais, a par da mobilização de meios para a aquisição de mais medicamentos, particularmente os utilizados no tratamento de doenças crónicas. Estas são, portanto, as políticas globais e prioritárias que o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros propõe para este sector, para o horizonte temporal de 12 anos.

VI.2.3. Habitação

O direito à habitação é um dos direitos fundamentais do homem, que não deve ser negado a ninguém, independentemente da classe social a que pertence. Assim, a promoção do desenvolvimento económico e social pressupõe a adopção de uma política acertada de habitação para todos.

No caso dos Mosteiros, apesar dos esforços feitos neste sentido, reconhece-se ainda que há um longo caminho a percorrer. Pois, existe ainda uma boa percentagem de famílias que não possuem casas próprias e outras que, apesar de terem casas, estas não oferecem as mínimas condições de habitabilidade, nomeadamente por não disporem de casa de banho, água canalizada e energia eléctrica.

O PEDM propõe uma política mais intensa para a habitação, considerando não apenas a habitação social, mas também as de médio e alto standing. Para tanto, deverão ser estabelecidas parcerias com empresas imobiliárias no sentido de investirem no concelho, construindo habitações para diferentes classes sociais com base em modalidades acessíveis, o que permitirá o aumento da taxa de população com habitação própria e condigna.

VI.2.4. Ambiente, Água e Saneamento

De acordo com o estudo sócio-económico levado a cabo pelo GMDL – Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local dos Mosteiros, pode-se constatar que o concelho já apresenta ganhos significativos em relação a este sector. É de louvar todo o trabalho desenvolvido nos domínios da protecção ambiental, água e saneamento, por instituições como: a ETMA – Equipa Técnica Municipal Ambiental, a AGUABRAVA e a Câmara Municipal dos Mosteiros, com o apoio da cooperação luxemburguesa e o Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, apoiado pelo programa norte-americano MCA.

Apesar dos esforços feitos até aqui, reconhece-se a necessidade de intensificação das políticas para este sector, visando melhorar cada vez mais, a qualidade ambiental e de vida dos munícipes, políticas essas que deverão passar pelo investimento num espaço adequado ao tratamento de resíduos sólidos, pela adopção de um sistema moderno de rede de esgotos e estação de tratamento de águas residuais e pela criação de condições básicas para que todas as famílias tenham acesso a água potável.

VI.2.5. Emprego e Formação

O emprego e a formação são considerados dois sectores que influenciam de forma directa a economia do município e, por isso, merecem uma atenção redobrada.

Tendo em conta que a população do concelho é maioritariamente jovem, revelam-se necessários mais investimentos na área da formação e fixação de quadros, visto que o concelho, neste momento, carece de quadros qualificados. É necessário adoptar uma política de recursos humanos, voltada para a formação e fixação de quadros no município, por forma a que possa haver uma capacidade técnica local para a concepção e implementação de estratégias de desenvolvimento.

Deverá ainda haver uma política séria de incentivo aos investimentos privados, convenientemente orientados para que possam gerar emprego e renda, com impactos directos na qualidade de vida das famílias do concelho.

VI.2.6. Cultura e Desportos

A ideia mais simples que se pode ter sobre o conceito de cultura tem a ver com os hábitos, usos e costumes de um povo ou sociedade, que são herdados ao longo de séculos, passando de geração em geração. São esses hábitos, usos e costumes que determinam o modo de vida das pessoas de uma dada sociedade e por isso, qualquer intervenção sobre o território com vista a modificá-lo, deve ter em consideração esses aspectos que devem, em parte, nortear a criação das condições de bem-estar social. É nesta base que a cultura constitui uma das dimensões do desenvolvimento.

No município dos Mosteiros, a vida artística e cultural tem vindo a ganhar nova dinâmica nos últimos anos, embora se reconheça que há ainda um grande défice. Este défice estende-se também aos desportos, em que, apesar de a população do concelho ser maioritariamente jovem, o desporto é relativamente pouco praticado.

As políticas para este sector, no horizonte do PEDM, deverão ir no sentido de incentivar e sensibilizar a população para a necessidade de preservar os valores culturais, através da criação de espaços físicos próprios para a realização de eventos culturais e aquisição de equipamentos culturais adequados. Deverá assim ser dada à cultura local, uma projecção nacional e ou mesmo internacional, o que fará aumentar o prestígio e o reconhecimento do município.

O desenvolvimento do desporto será uma outra forma de elevar o nome de Mosteiros, pelo que deverão ser tomadas medidas no sentido de intensificar a sua prática com a introdução de novas modalidades e criação das condições físicas e materiais para o seu desenvolvimento.

VI.2.7. Emigração

A emigração, apesar de alguns aspectos negativos que traz, como a diminuição e o envelhecimento da população, a falta de mão-de-obra, a deportação, entre outros, pode ser um sector importante na promoção de um desenvolvimento forte, dinâmico e sustentável deste concelho. Entretanto, para que haja uma contribuição efectiva deste sector no desenvolvimento económico deste município, necessário se torna uma orientação séria dos investimentos dos emigrantes, acompanhada de uma política de incentivos para o investimento em determinadas áreas no concelho. Igualmente, dever-se-á continuar a criar as condições básicas para um bom acolhimento dos emigrantes reformados que regressam à terra, bem como aqueles considerados mal sucedidos e que precisam de reintegração.

Revela-se ainda necessário incentivar e apoiar os emigrantes a se organizarem em sociedades comerciais e de desenvolvimento fortes, capazes de investir em projectos ambiciosos e estruturantes para o desenvolvimento do município.

VI.2.8. Direitos Humanos e Cidadania

A defesa dos direitos do homem e o exercício da cidadania constituem, hoje, aspectos fundamentais da vida em sociedade a nível mundial, e pilares essenciais da promoção do desenvolvimento sustentado. São, aliás, a base da nova concepção do desenvolvimento – O Desenvolvimento Humano que pressupõe um investimento no homem, dando-lhe o poder de participar activamente na criação de riquezas.

O Governo de Cabo Verde vem adoptando políticas no sentido da protecção dos Direitos Humanos e Promoção da Cidadania, já com resultados à vista, porquanto o país apresenta neste momento, um Índice de Desenvolvimento Humano positivo, na avaliação das Nações Unidas e que foi um dos critérios tidos em consideração para a elevação do país à categoria de Desenvolvimento Médio.

Nesta linha, faz todo o sentido que o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros tenha em consideração estes aspectos fundamentais do desenvolvimento e, por isso, este documento contempla intervenções neste domínio, visando sobretudo, a construção de uma sociedade respeitadora dos direitos e liberdades individuais próprios dos Estados de Direito Democrático.

As acções programadas no PEDM enquadram-se, portanto, dentro das políticas do Governo Central e complementam as intervenções do Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e Cidadania, o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade do Género e o Plano Nacional de Combate à Violência baseada no género.

VI.2.9. Justiça e Segurança Pública

A justiça e a segurança têm merecido atenção especial por parte do Governo e tem sido objectos de ampla discussão a nível do país, em vista do aumento do índice de criminalidade registado nos últimos anos. Por esta razão, torna-se cada vez mais imperiosa a necessidade de se adoptar medidas preventivas além das correctivas, com vista a evitar situações desastrosas.

Apesar de Mosteiros ser um concelho onde os problemas de justiça e segurança não se colocam com grande acuidade, é conveniente uma actuação preventiva e proactiva das autoridades locais, no sentido de promover um clima de paz e tranquilidade neste concelho.

É nesta base que o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros propõe um conjunto de acções para o sector da justiça e segurança pública, com o propósito de elevar cada vez mais, o nível de justiça e segurança no concelho.

O quadro nº 4 da página seguinte apresenta o resumo das políticas sectoriais, com base numa rede integrada de programas e projectos a desenvolver no horizonte do plano.

Quadro nº 4 - Resumo das Orientações de Carácter Sectorial

- SECTOR ECONÓMICO	OBI.	PROG.	PROJ.	DESIGNAÇÃO	ACTORES IMPLICADOS	ORÇ. INDICAT.
A.1. AGRO-PECUÁRIA	1			Dinamizar o grupo de agricultores	CMM; MADRRM; EQUIPA DO MCA; COOP. DESCENTRAL. E INTERNACIONAL; GRUPO DOS AGRICULTORES; MIT; AGUABRAVA; CCISS; PARQUE NATURAL DO FOGO.	254.600
		1		Modernização e Massificação da Agricultura no Concelho		
			1	Organização da classe de agricultores;		
			2	Formação contínua de agricultores;		
			3	Valorização da profissão de agricultor;		
		2		Aproveitar todo o potencial agrícola no município.		
		1	4	Introdução de novas tecnologias na produção agrícola;		
			5	Conservação do solo e da água (reservatórios, diques de captação, e.t.c.);		
			6	Fomento do agro-negócio;		
			7	Reforço da capacidade da produção do café;		
			8	Reforço Institucional e técnico do Sector do MADRRM no município;		
		3		Promover maior rentabilidade das actividades agro-pecuárias;		
		1	8	Criação de unidades de transformação de produtos agro-pecuários;		
			9	Diversificação de culturas;		
			10	Massificação da rega gota a gota;		
			11	Melhoria das condições de escoamento dos produtos agro-pecuários;		
			12	Melhoria das condições de acesso às zonas agrícolas;		
			13	Reafecção dos terrenos do Estado no município (Matinho, Achada Igreja, Baleia e Antoninha);		
			14	Criação de uma área agrícola municipal;		
			15	Actualização do cadastro predial rústico das áreas agrícolas;		
			16	Criação de condições físicas de abate de animais e venda de carnes;		
			17	Melhoramento de raças animais;		
			18	Melhoria das condições de pastagem;		
			19	Colaboração na implementação do PEDDA		
A.2. PESCA	1			Dinamizar a classe de pescadores e a actividade piscatória;	CMM; MADRRM; INDP; AOPM; COOP. DESCENTRAL. E INTERNACIONAL	68.500
		1		Modernização do sector da pesca		
			1	Capacitação dos Pescadores para melhor utilizarem os equip// de pesca;		
			2	Melhoria das condições de apanha e conserva do pescado;		
		2		Melhorar a exploração dos recursos haliêuticos disponíveis		
		1	3	Aquisição de equipamentos modernos de pesca;		
			4	Aumento da capacidade local de oferta de factores de pesca;		
			5	Modernização do circuito de venda e distribuição do pescado.		
A.3.COMÉRCIO	1			Dinamizar a classe dos comerciantes e a actividade comercial no município;	CMM; MECC; CCISS;GRUPO DOS COMERCIANTES	800
		1		Reforço da qualidade e competitividade do comércio local;		
			1	Organização dos comerciantes em associação para a defesa dos seus interesses;		
			2	Preparação dos comerciantes grossistas para a importação directa do estrangeiro;		
			3	Regulação da distribuição comercial;		
		2		Aumentar a rentabilidade da actividade comercial no município;		
		2		Especialização e diversificação da actividade comercial.		
			4	Criação de espaços comerciais públicos municipais;		
			5	Institucionalização de feiras comerciais.		
						12.100

A - SECTOR ECONÓMICO	OBI.	PROG.	PROJ.	DESIGNAÇÃO	ACTORES IMPLICADOS	ORÇ. INDICAT.
A.4. TURISMO	1			Incrementar a actividade turística no município	CMM; MECC; DGT; CCISS; OPERADORES TURÍSTICOS	153.000
		1		<i>Implementação de uma rede de infra-estruturas de utilidade turística;</i>		
			1	Ordenamento de toda a orla costeira;		
			2	Edificação de espaços de lazer e recreação;		
			3	Criação de pontos de atracção turística;		
			4	Criação de agências de turismo e de viagem;		
						20.500
	2			Aumentar o peso do turismo na formação do PIB local		
		2		<i>Estruturação de circuitos turísticos;</i>		
			5	Criação de roteiros e trilhos turísticos para as zonas altas;		
			6	Melhoramento de acessibilidades a zonas turísticas;		
			7	Fomento do turismo rural e de montanha		
						1.100
		3		<i>Qualificação de recursos humanos para o sector do turismo</i>		
			8	Formação de guias turísticos;		
			9	Formação em hotelaria, mesa e bar;		
			10	Articulação com o Plano Estratégico de Desenv. Turístico Fogo/Brava;		
A.5. INDÚSTRIA	1			Estimular pequenas e médias indústrias	CMM; MECC; COOP. DESCENTRAL. E INTERNACIONAL; CCISS; EMPRESARIADO PRIVADO.	72.500
		1		<i>Incentivo e promoção do empreendedorismo no sector industrial.</i>		
			1	Criação de zonas industriais;		
			2	Diversificação da produção industrial;		
			3	Criação de marcas de produtos locais;		
	2			Incrementar a produção industrial.		
		1	4	Aquisição de equipamentos industriais e matérias-primas;		
A.6. SERVIÇOS			5	Reforço da capacidade de produção industrial local;	CMM; GOVERNO; CCISS; EMPRESARIADO PRIVADO; CMSF.	63.500
			6	Promoção da export. de produtos industriais para fora da ilha e do país;		
	1			Criar um sistema consistente de prestação de serviços de apoio ao processo produtivo, nos mais diversos ramos		
		1		<i>Incentivo e apoio à Criação/Instalação de serviços públicos e privados de alto valor acrescentado na economia local;</i>		
			1	Instalação de um serviço aduaneiro no município;		
			2	Reforço das competências e performance dos serviços instalados no município;		
			3	Criação de condições para a instalação dos serviços do Estado em edifícios próprios;		
A.7. ENERGIA		2		Valorizar o sector terciário na formação do PIB local	CMM; MECC; ELECTRA; COOP.DECENTRAL. E INTERNACIONAL; CMSCF.	331.500
		1	4	Criação de um ambiente favorável à abertura de PME privadas de prestação de serviços diversos no município;		
	1			Reforçar a produção de energia eléctrica no concelho		
		1		<i>Reforço do sistema de produção e distribuição de energia eléctrica no município.</i>		
			1	Integração da rede eléctrica da Zona Norte à central de Ponta Lapa;		
			2	Criação da central única do Fogo;		20.000
			3	Criação de parques eólicos e solares integrados no concelho;		
	2			Cobrir todas as localid. do município com energia eléctrica;		
		2		<i>Electrificação das comunidades rurais sem cobertura;</i>		
			4	Alargamento da rede eléctrica às zonas rurais descobertas;		
			5	Ligação domiciliária de energia às famílias com dificuldades;		
						20.000
	3			Melhorar o fornecimento de energia no município.		
		1	6	Renovação da rede eléctrica nas zonas onde se revela necessário;		
			7	Melhoria da qualidade da iluminação pública no concelho;		

A. SECTOR ECONÓMICO	OBJ.	PROG.	PROJ.	DESIGNAÇÃO	ACTORES IMPLICADOS	ORÇ. INDICAT.
A.8. INFRA-ESTRUTURAS E TRANSPORTES	1			Dotar o Município de uma rede de Infra-estruturas Estruturantes	CMM, MIT; CLASSE EMPRESARIAL; COOP. DESCENTRALIZ. E INTERNACIONAL.	
		1		Infra-estruturação básica do município;		2.016.000
			1	Requalificação da rede viária existente (anel rodoviário);		
			2	Construção de estradas de penetração às zonas altas do município;		
			3	Reabilitação do aeródromo dos Mosteiros;		
			4	Construção do porto da Baía do Corvo;		
			5	Criação de uma rede de pequenos ancoradouros nas zonas piscatórias;		
			6	Construção de um auditório Municipal;		
			7	Construção de um pavilhão desportivo municipal;		
			8	Construção de um edifício para o serviço de Protecção Civil;		
			9	Construção de raiz da escola secundária dos Mosteiros;		
	2			Dotar o município de uma rede de transportes adequada ao seu processo de desenvolvimento		37.500
		2		Incentivo ao investimento privado no sector dos transportes		
			10	Criação de empresas privadas de transportes no município;		
			11	Regulação da actividade dos transportes privados no município;		
			12	Ligações marítimas e aéreas directas do município com outras ilhas do país;		
A.9. NOVAS TECNOLOGIAS	1			Aumentar o nível de eficiência e qualidade das telecomunicações	CMM; GOVERNO; EMPRESAS NACIONAIS DE TELECOMUNICAÇÕES; INVESTIDORES PRIVADOS; COOP. DESCENTRAL. E INTERNACIONAL.	
		1		Alargamento e melhoramento da rede de telecomunicações no município		57.000
			1	Extensão das redes fixa e móvel de telefone a todas as comunidades descobertas;		
			2	Criação de uma rede de telecentros rurais;		
			3	Melhoria das condições de radio-difusão local;		
			4	Criação de um sistema de acesso a canais a cabo a preços controlados, em parceria com as empresas de telecomunicações;		
			5	Criação de um canal de televisão local.		
						107.000
	2			Dinamizar o tecido produtivo, tornando-o mais forte e competitivo		
		2		Programa de Inovação tecnológica do processo produtivo		
			6	Importação de tecnologias modernas para o sistema produtivo local;		
			7	Capacitação técnica dos profissionais do sector produtivo;		
A.10. ARTESANATO	1			Promover um artesanato de alto valor acrescentado	CMM; CCISS; DGT; COOP. DESCENTRALIZADA.	
		1		Divulgação dos hábitos e costumes tradicionais através do artesanato		4.800
			1	Criação de uma associação dos artesãos locais;		
			2	Criação de uma escola de arte no município;		
			3	Criação de espaços adequados a exposiç. e venda de produtos artesanais;		
		2		Valorizar o artesanato artístico local, dando-lhe projecção nacional e internacional		
		1	4	Intercâmbios com jovens artistas de outros municípios do país;		
			5	Identificação e reconhecimento do artesanato local;		
			6	Recuperação do artesanato tradicional.		

B. SECTOR SOCIAL	OBI.	PROG.	PROJ.	DESIGNAÇÃO	ACTORES IMPLICADOS	ORÇ. INDICAT.
B.1. EDUCAÇÃO	1			Contribuir para a elevação do nível e da qualidade de ensino no município	CMM; MEES; GRUPO DE PROFESSORES; BORNE FONDEN; DIRECÇÃO DO LICEU; ICASE; DGAEA	
		1		Modernização e aperfeiçoamento do sistema educativo local		
			1	Formação contínua das monitoras de infância;		59.500
			2	Criação de bibliotecas escolares;		
			3	Aquisição de materiais educativos propiciadores da aprendizagem;		
			4	Promoção da criação de salas de informática e laboratórios nas escolas;		
			5	Introdução da área CT no ensino secundário no município.		
			6	Manutenção e adaptação das estruturas físicas das escolas;		
			7	Criação de uma rede de equipamentos educativos modernos;		
	2			Reduzir o abandono e o insucesso escolar		
		2		Apoio e incentivo à frequência escolar		
			6	Dinamização do apadrinhamento escolar;		18.500
			7	Melhoria das condições de transportes escolares;		
	3	2		Reduzir o analfabetismo		
			10	Redinamização da frequência escolar de adultos;		
			11	Colaboração na implementação das políticas definidas no PEE;		
B.2. SAUDE	1			Proporcionar uma melhor qualidade na prestação dos cuidados de saúde	CMM; DELEGACIA DE SAÚDE; MINISTÉRIO DA SAÚDE; COOP. INTERNACIONAL E DESCENTRALIZADA; MÉDICOS ESPECIALISTAS; SOCIEDADE CIVIL	
		1		Promoção de condições sanitárias e elevação da qualidade de vida		
			1	Manutenção e equipamento de estruturas de saúde;		126.000
			2	Promoção da saúde pública;		
			3	Aquisição de medicamentos e equipamentos hospitalares modernos;		
			4	Criação de condições para instalação de clínicas privadas;		
			5	Criação de condições para a fixação de mais médicos e enfermeiros;		
			6	Criação de associações de promoção da saúde social (a nível de meio ambiente, família...)		
			7	Colaboração na implementação das políticas do Governo para a saúde;		
B.3. HABITAÇÃO E URBANISMO	1			Criar condições habitacionais condignas para todos	CMM; GOVERNO; COOP. INTERNACIONAL E DESCENTRALIZADA; ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS; ETMA; CAIXA DE POUPANÇA; IMOBILIÁRIAS; CRP – Fogo; EMPRESAS DE ESTUDOS E CONSULTORIA	
		1		Reabilitação e construção de moradias sociais		
			1	Melhoria das condições habitacionais das famílias;		196.700
			2	Construção de casas sociais de raiz, para alojar famílias com necessidade;		
			3	Parcerias com vista à disponibilização de crédito habitação aos mais desfavorecidos;		
			4	Estabelecimento de parcerias com empresas imobiliárias para construção de habitações económicas e outros apartamentos;		
			5	Coordenação com as estratégias nacionais de crescimento e redução da pobreza e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;		
	2			Promover um desenvolvimento urbano harmonioso e saudável		
		2		Promoção de um crescimento urbano racional e equilibrado		
			6	Elaboração do PDM dos Mosteiros;		308.800
			7	Elaboração de Planos Urbanísticos Detalhados;		
			8	Elaboração de Planos Toponímicos;		
			9	Arruamentos internos de zonas urbanizadas;		
			10	Requalificação urbana;		
			11	Expropriação de terrenos na vila de Igreja, para efeitos de expansão urbana;		

B. SECTOR SOCIAL	OBJ.	PROG.	PROJ.	DESIGNAÇÃO	ACTORES IMPLICADOS	ORÇ. INDICAT.
B.4. AMBIENTE, ÁGUA E SANEAMENTO	1			Promover a qualidade ambiental	CMM; ETMA; SECTOR DE AGRICULTURA; GOVERNO; COOP. INTERNACIONAL E DESCENTRALIZADA; AGUABRAVA	63.500
		1		Protecção e racionalização dos recursos naturais e ambientais		
			1	Instalação de redes de esgoto nos principais núcleos urbanos;		
			2	Criação de um sistema adequado de tratamento de resíduos sólidos;		
			3	Montagem de um sistema de tratamento de águas residuais;		
			4	Melhoria das condições do cemitério municipal;		
			5	Racionalização do uso da água e outros recursos ambientais;		330.000
			6	Articulação com o Plano Ambiental Municipal e PANA II;		
	2			Assegurar que todos tenham acesso a água potável		
		2		Aumento da disponibilidade da água para uso doméstico e outros fins		
			7	Criação de condições para a captação e stockagem da água;		
			8	Gestão integrada de bacias hidrográficas no município;		
			9	Alargamento da rede de água às localidades das Zonas Altas		
B.5. EMPREGO E FORMAÇÃO	1			Reduzir a taxa do desemprego no município	CMM; GRUPO DE EMPREENDEDORES; CCISS; CEFP-FB; CRP - GOVERNO	71.000
		1		Qualificação dos jovens para o mundo do trabalho		
			1	Fomento do empreendedorismo no seio da camada jovem;		
			2	Estímulo aos investimentos privados geradores de empregos;		
			3	Adequação da mão-de-obra às necessidades do concelho;		
	2			Aumentar a capacidade técnica e profissional do município		
		1	4	Realização de cursos de formação profissional diversos;		
			5	Criação de um ambiente favorável à formação profissional e universitária;		
			6	Colaboração na criação de um pólo universitário na ilha;		
			7	Reforço da capacidade de oferta de cursos da escola de formação profissional do concelho;		
B.6. CULTURA E DESPORTOS	1			Promover a valorização da cultura local	CMM; GOVERNO; GRUPOS CULTURAIS; JOVENS ORGANIZADOS; CLUBES DE FUTEBOL	16.000
		1		Valorização e desenvolvimento cultural		
			1	Criação de um centro cultural no município;		
			2	Construção de espaços físicos adequados a actividades culturais;		
			3	Criação de museus temáticos (café do Fogo, Talaia Baxu...);		
			4	Reforço dos grupos culturais existentes;		
			5	Estímulo ao surgimento de novos grupos culturais (música, dança, teatro, e.t.c.);		
						77.000
	2			Elevar o nível do desporto no município		
		2		Diversificação e valorização da prática desportiva		
			6	Reforço e diversificação de práticas desportivas;		
			7	Equipamento e adaptação dos polidesportivos municipais para a prática de modalidades diversas;		
			8	Requalificação do Estádio Municipal de Futebol;		
			9	Criação de uma escola de iniciação desportiva;		
			10	Criação da região desportiva dos Mosteiros.		
			11	Estímulo ao surgimento de novas equipas desportivas (futebol, basquetebol...)		

B. SECTOR SOCIAL	OBI.	PROG.	PROJ.	DESIGNAÇÃO	ACTORES IMPLICADOS	ORÇ. INDICAT.
B.7.EMIGRAÇÃO	1			Criar um ambiente favorável à participação dos emigrantes e imigrantes no processo de desenvolvimento do município	CMM; GOVERNO; GAP-D; GRUPO DE EMIGRANTES	8.450
		1		<i>Criação de um ambiente favorável ao investimento dos emigrantes</i>		
			1	Incentivo ao investimento dos emigrantes em áreas determinadas;		
			2	Criação da casa do emigrante/imigrante;		
			3	Implementação de medidas de orientação dos investim. de emigrantes;		
			4	Organização de emigrantes em sociedades de desenvolvimento;		3.500
			5	Integração e aproveitamento das capacidades dos imigrantes que entram no concelho;		
	2			Criar condições para uma boa reintegração dos emigrantes mal sucedidos		
		2		<i>Valorização e reintegração dos emigrantes mal sucedidos</i>		
			6	Criação de um espaço próprio para a recepção/acolhimento dos deportados em estado crítico, com pessoas adequadas;		
			7	Reforço da oferta de atendimento aos necessitados;		
B.8. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1			Incute na população uma cultura de respeito pelos direitos do homem e de exercício da cidadania		11.200
		1		<i>Promoção do desenvolvimento humano e cidadania</i>		
			1	Criação de uma estrutura no concelho vocacionada para a defesa dos direitos humanos;		
			2	Promoção de uma cultura de paz, sã convivência e respeito pelas diferenças;		
			3	Criação de espaços de participação dos munícipes na vida do município;		
			4	Implementação do Orçamento Participativo;		
			5	Protecção das famílias carenciadas ou em situação de crise;		
			6	Estabelecimento de parcerias com o ICCA e com o ICIEG e outras instituições afins;		
			7	Criação de oportunidades para a participação das mulheres na vida do município, nomeadamente na política;		
			8	Acompanhamento da implementação das acções previstas no PNADHC, no PNIEG e PNCVBG;		
	2			Garantir uma boa integração e protecção dos direitos dos grupos sociais mais vulneráveis		28.600
		2		<i>Inserção social dos mais vulneráveis</i>		
			9	Criação de associações de portadores de deficiências;		
			10	Integração dos portadores de deficiência na vida familiar e comunitária;		
			11	Criação de oportunidades de emprego para os portadores de deficiência;		
			12	Implementação de medidas tendentes a facilitar o acesso dos portadores de deficiências a lugares e bens públicos;		
			13	Criação de um espaço destinado ao acolhimento de crianças abandonadas;		
			14	Prevenção contra o trabalho infantil e todas as formas de maus tratos contra as crianças do município;		
			15	Reforço do comité Municipal de Protecção das Crianças;		
			16	Construção e equipamento de um lar de idosos;		
			17	Inserção profissional das mulheres chefes de famílias;		

B. SECTOR SOCIAL	OBJ.	PROG.	PROJ.	DESIGNAÇÃO	ACTORES IMPLICADOS	ORÇ. INDICAT.
B.9. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	1			Garantir um ambiente de justiça, segurança e tranquilidade a todos os munícipes	CMM; POLÍCIA; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; TRIBUNAL DOS MOSTEIROs; DELEGAÇÃO DA CRUZ VERMELHA	27.100
		1		<i>Aumento do nível de justiça e segurança no município</i>		
			1	Instalação e acompanhamento da Casa do Direito dos Mosteiros;		
			2	Elevação da categoria do tribunal do concelho;		
			3	Reforço da capacidade operativa e interventiva da Polícia no concelho;		
			4	Reforço dos efectivos policiais no município;		
			5	Intensificação do policiamento de proximidade;		
			6	Reforço da fiscalização marítima;		
			7	Reforço do serviço municipal de protecção civil;		
			8	Formação de bombeiros voluntários;		
			9	Redinamização da delegação da Cruz Vermelha local;		
			10	Operacionalização do Centro Municipal de Operações de Emergência e Protecção Civil;		
			11	Coordenação com o Plano Estratégico de Segurança Interna.		
				TOTAL:		4.565.750

Obs: Valor expresso em contos

VII – SECTOR PRIORITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

De entre os vários sectores de actividade económica praticadas no município, merece destaque especial a actividade agrícola que, tradicionalmente, assume papel preponderante na economia local. É também o sector que apresenta maiores potencialidades de desenvolvimento e que sustenta maior número de famílias.

O município apresenta especificidades agrícolas próprias que são mesmo raras senão únicas a nível do país, que são nomeadamente a fruticultura de sequeiro com uma grande diversidade de frutas tropicais e a cafeicultura.

É nesta base que o PEDM elege como sector prioritário de desenvolvimento do município, a agricultura e propõe que esta actividade seja integrada com o turismo que foi eleito como prioritário a nível do país e que poderá também ser desenvolvido no município, com base no aproveitamento das potencialidades existentes.

O programa do MCA – Millénium Challenge Account deverá ser aproveitado no máximo para revolucionar o sector agrícola neste concelho.

Ainda nesta perspectiva, propõe-se um plano sectorial para a agricultura, a ser implementado em coordenação com o programa MCA e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola.

Este sector deverá ser convenientemente explorado, de modo a constituir uma forma privilegiada de garantir as condições de segurança alimentar no município que, aliás, é um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O desenvolvimento da agricultura, considerada sector prioritário para o desenvolvimento do município, deverá ir no sentido da sua modernização com vista a garantir um aumento esponencial da produção e uma maior empregabilidade deste sector.

VIII – LÓGICA DAS INTERVENÇÕES DO PLANO

As intervenções propostas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros interagem-se com base numa relação meios-fins em que figuram três níveis:

1. O nível das acções que considera as intervenções sectoriais, através dos programas e projectos propostos para cada sector, bem como as medidas de política e estratégias globais para a transformação do município;
2. O nível dos resultados que se traduz na realização dos objectivos sectoriais, das metas e dos objectivos intermédios e globais, através da implementação dos programas e projectos sectoriais e das estratégias e políticas globais;
3. O nível dos efeitos que corresponde à concretização da visão construída, com base na realização dos objectivos definidos.

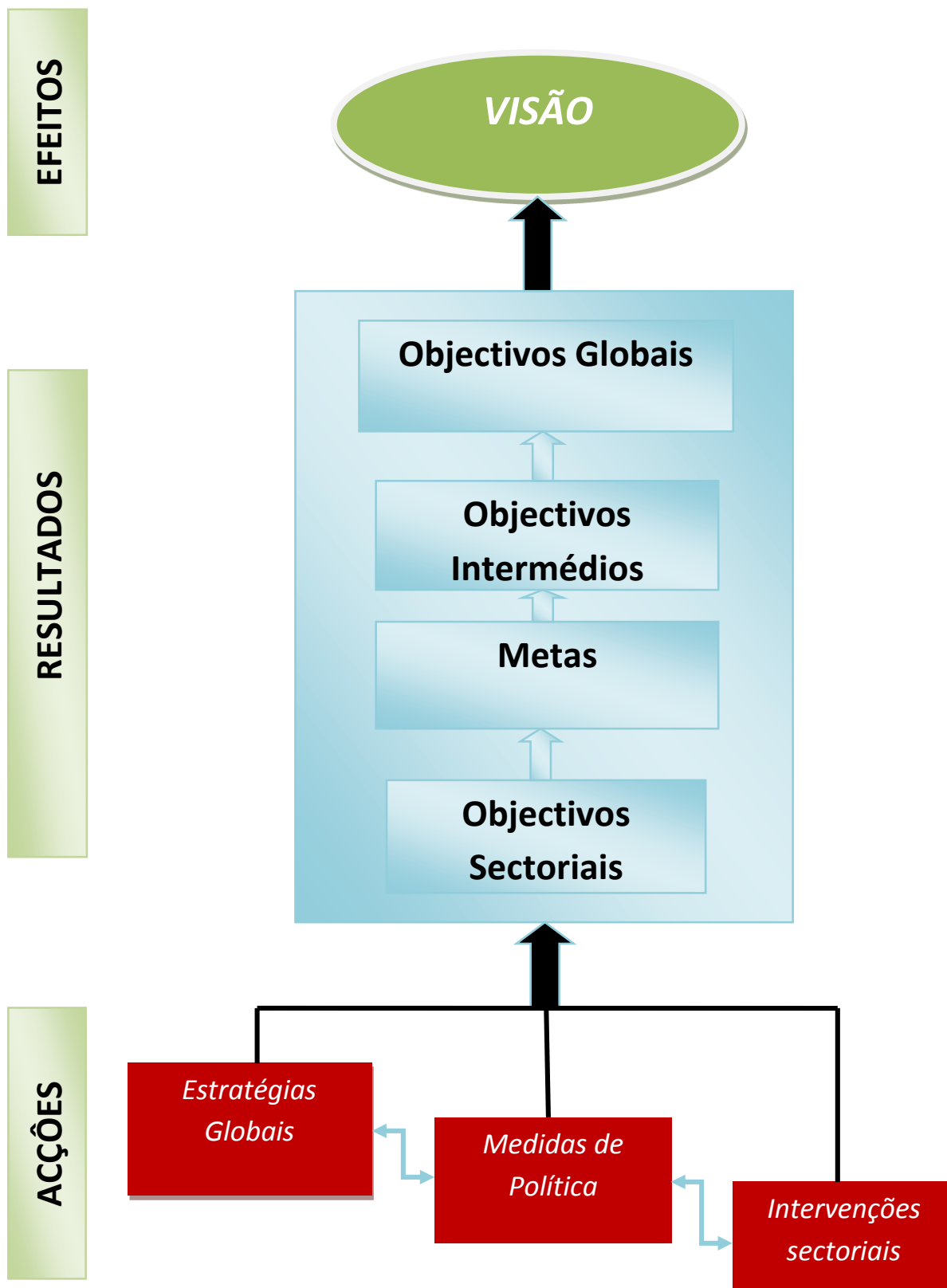
O quadro nº 5 e o esquema da figura nº 5 representam, de forma resumida, a lógica das intervenções propostas pelo plano.

Quadro nº 5 – Resumo da Lógica das Intervenções

NÍVEIS	COMPLEXO DOS OBJECTIVOS	LÓGICA DOS EFEITOS
3º Nível	Visão	« Um Mosteiros com forte dinamismo sócio-económico, assente numa base produtiva consistente, sustentável e geradora de renda e emprego, capaz de responder aos anseios, aspirações e necessidades da população, portanto com elevados níveis de competitividade e atractividade à escala regional (da região Foggo/Brava) e nacional (do país)».
	Objectivos Globais	1. Construir uma sociedade dinâmica, justa, segura, participativa e equilibrada, respeitadora dos direitos do homem e dos princípios da liberdade e democracia; 2. Criar no município, um tecido económico forte e dinâmico, assente numa base produtiva sólida, sustentável e geradora de emprego e renda.
	Objectivos Intermediários	1. Definir uma política de desenvolvimento sustentável do município; 2. Reduzir o desemprego e a pobreza; 3. Promover a rentabilidade das actividades económicas; 4. Garantir o auto-sustento das actividades geradoras de rendimento e emprego; 5. Elevar o nível e a qualidade de vida dos mosteirenses; 6. Incrementar o investimento público no município; 7. Incrementar o investimento privado nacional e estrangeiro; 8. Dotar o município de quadros qualificados; 9. Incrementar a produção local, através da introdução de novas tecnologias; 10. Aumentar a capacidade de cobrança de receitas municipais; 11. Promover a qualidade ambiental; 12. Promover a cidadania e o desenvolvimento humano; 13. Criar condições para um desenvolvimento sócio-cultural equilibrado; 14. Fomentar a participação da emigração no processo de crescimento económico.
2º Nível	Metas	1. Aumentar o nível de acesso a casa de banho de cerca de 67% para 95/100%, até 2012; 2. Aumentar o nível de acesso a água canalizada de 50%, para 90%, até 2015; 3. Aumentar a taxa de cobertura de energia eléctrica de cerca de 80% para 100%, até 2012; 4. Reduzir a percentagem de famílias sem casa própria de 28% para níveis de um dígito, até 2020; 5. Reduzir a taxa de desemprego de 13,5% para menos de 10%, até 2020; 6. Reduzir a taxa de pobreza para metade, passando de 43% para cerca de 21%, até 2020. 7. Aumentar a taxa de escolarização de 74 para a ordem dos 90% 8. Triplicar a taxa actual do nível de instrução no Ensino Médio/Superior 9. Reduzir o analfabetismo para níveis de um dígito 10. Elevar a taxa de cobertura clínica para níveis aproximados de 1 médico/2.300 hab e 1 enfermeiro/900 hab 11. Elevar a taxa de cobertura policial para níveis aproximados de 1 policial/400 hab, até 2020;

NÍVEIS	COMPLEXO DOS OBJECTIVOS	LOGICA DOS EFEITOS
1º Nível	Objectivos Sectoriais	1. Dinamizar o grupo de agricultores
		2. Aproveitar todo o potencial agrícola no município.
		3. Promover maior rentabilidade das actividades agro-pecuárias;
		4. Dinamizar a classe de pescadores e a actividade piscatória;
		5. Dinamizar a classe dos comerciantes e a actividade comercial do município;
		6. Aumentar a rentabilidade da actividade comercial no município;
		7. Incrementar a actividade turística no município
		8. Aumentar o peso do turismo na formação do PIB local
		9. Estimular pequenas e médias indústrias
		10. Incrementar a produção industrial.
		11. Criar um sistema consistente de prestação de serviços de apoio ao processo produtivo, nos mais diversos ramos
		12. Valorizar o sector terciário na formação do PIB local
		13. Reforçar a produção de energia eléctrica no concelho
		14. Cobrir todas as localid. do município com energia eléctrica;
		15. Melhorar o fornecimento de energia no município.
		16. Dotar o Município de uma rede de Infra-estruturas Estruturantes
		17. Dotar o município de uma rede de transportes adequada ao seu processo de desenvolvimento
		18. Dinamizar o tecido produtivo, tornando-o mais forte e competitivo
		19. Promover um artesanato de alto valor acrescentado
		20. Valorizar o artesanato artístico local, dando-lhe projecção nacional e internacional
		21. Contribuir para a elevação do nível e da qualidade de ensino no município
		22. Reduzir o abandono e o insucesso escolar
		23. Reduzir o analfabetismo
		24. Proporcionar uma melhor qualidade na prestação dos cuidados de saúde
		25. Criar condições habitacionais condignas para todos
		26. Promover um desenvolvimento urbano harmonioso e saudável
		27. Promover a qualidade ambiental
		28. Assegurar que todos tenham acesso a água potável
		29. Reduzir a taxa do desemprego no município
		30. Aumentar a capacidade técnica e profissional do município
		31. Promover a valorização da cultura local
		32. Elevar o nível do desporto no município
		33. Criar um ambiente favorável à participação dos emigrantes e imigrantes no processo de desenvolvimento do município
		34. Incutir na população uma cultura de respeito pelos direitos do homem e de exercício da cidadania
		35. Garantir uma boa integração e protecção dos direitos dos grupos sociais mais vulneráveis
		36. Garantir um ambiente de justiça, segurança e tranquilidade a todos os munícipes

Figura nº 5 - Representação Gráfica da Lógica de Intervenção



IX - TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ACORDO COM AS VOCAÇÕES LOCAIS

No sentido de orientar as intervenções dos actores de desenvolvimento propõe-se a divisão do Município em quatro sub-regiões, segundo as suas vocações e especificidades próprias, conforme mostra a figura nº6.

1. Sub-Região Sul do Município

Integram esta sub-região as localidades de Corvo, Achada Grande e Relva. Trata-se de uma região com fortes potencialidades nos sectores da agricultura de sequeiro, da pecuária e da pesca.

Com a futura construção do Porto de baía do corvo, novas oportunidades surgirão nesta região.

Um programa de requalificação e novas acessibilidades quer em Achada Grande , Covo e Relva contribuirá para uma nova dinâmica desta região.

Propõe-se um Plano de Ordenamento da Orla Costeira – POOC, que abrange todo o litoral, a partir de Relva até Mosteiros Trás, criando acessibilidades às zonas piscatórias e condições favoráveis à prática da pesca submarina desportiva e outros desportos náuticos.

2. Sub-Região Litoral

Integram esta região as localidades de Mosteiros Trás, Igreja, Queimada Guincho, Sumbango, Murro e Fajãzinha.

Tendo em conta as suas características sócio-territoriais, as políticas para esta região deverão ser direccionadas para a criação de uma nova centralidade orientada para o comércio, formação profissional e serviços. A zona baixa (queimadas), zona de expansão, deverá ser alvo de um Plano Urbanístico que abrange todo o litoral integrando o Plano de Ordenamento da Orla Costeira.

2.1- A vila de Igreja, cidade no horizonte do Plano, deverá continuar a ser o centro cultural e Patrimonial de excelência, com as funções administrativas, serviços qualificados, comércio e residência.

Um museu temático de café e um museu etnográfico de Atalaia Baixo, um centro cultural de excelência são projectos estruturantes para a futura cidade capital do concelho.

Dada a inexistência de áreas para expansão, o seu crescimento deverá ocorrer na vertical e ou a montante (pé de rocha). Para tal, deve-se prever um plano de expropriação de uma área prioritária e urgente de expansão. Uma via alternativa ao «pé da rocha» estruturará toda a área envolvente.

O escoamento de águas superficiais provenientes das zonas altas deverá ser aproveitado para áreas verdes a serem criadas, e para rega de compensação da área irrigada a ser criada no âmbito do programa MCA.

Um Plano de ordenamento da Orla Costeira a partir da Vila de Igreja, até Cutelo laranja, trará novas valências para um turismo balnear de qualidade. A criação de praias artificiais nesta zona, será a solução no horizonte deste Plano.

Um Programa de qualificação das praias, nomeadamente as de «Guenti», e de «Lantcha» deverá ser implementado no sentido de criar condições para o turismo balnear na futura cidade.

O «Beco», piscina natural localizada na vila de Igreja, poderá vir a ser transformado numa escola de natação, ou Escola náutica, aproveitando a vocação portuária e marítima secular da Vila.

2.2. Queimada Guincho.

O descongestionamento da via principal, através da construção da via alternativa a partir de Cutelo laranja, passando pelo litoral, até Ribeira Sumbango, trará nova dinâmica no aproveitamento desta área para residenciais de luxo e serviços.

O reaproveitamento do antigo aeródromo, a instalação de um Centro de Protecção Civil modelo a nível de Cabo Verde, o Centro de saúde dos Mosteiros e uma estação de combustíveis na localidade de Sumbango, poderão vir, no horizonte do Plano Estratégico, justificar a nova centralidade de Queimada Guincho, como segundo centro urbano mais importante do Concelho. Para tal, propõe-se a implementação de programas de criação de espaços verdes nessa zona, passeadeiras aéreas e no pavimento, instalações sanitárias, reforço da segurança, através de brigadas móveis de policiamento e uma esquadra policial.

3. Sub-Região alta - Centro

Integram esta sub-região do Município, as localidades de Cutelo Alto, Pai António, e Feijoal.

Estas localidades possuem vocações diversas, nomeadamente: Turismo, agricultura, e pecuária.

A ligação de Pai António a Cutelo alto trouxe novas oportunidades a nível da agricultura e do turismo, facilitando o escoamento de produtos e a circulação de pessoas.

A futura ligação de Cutelo Alto a Monte Velha proporcionará, no horizonte do PE, novas oportunidades de desenvolvimento do Turismo de montanha, rural e de habitação e outros segmentos do turismo sustentável.

Para um melhor aproveitamento destas oportunidades, programas integrados de agro-negócios, turismo e feiras de produtos agro-pecuários deverão ser desenvolvidos anualmente.

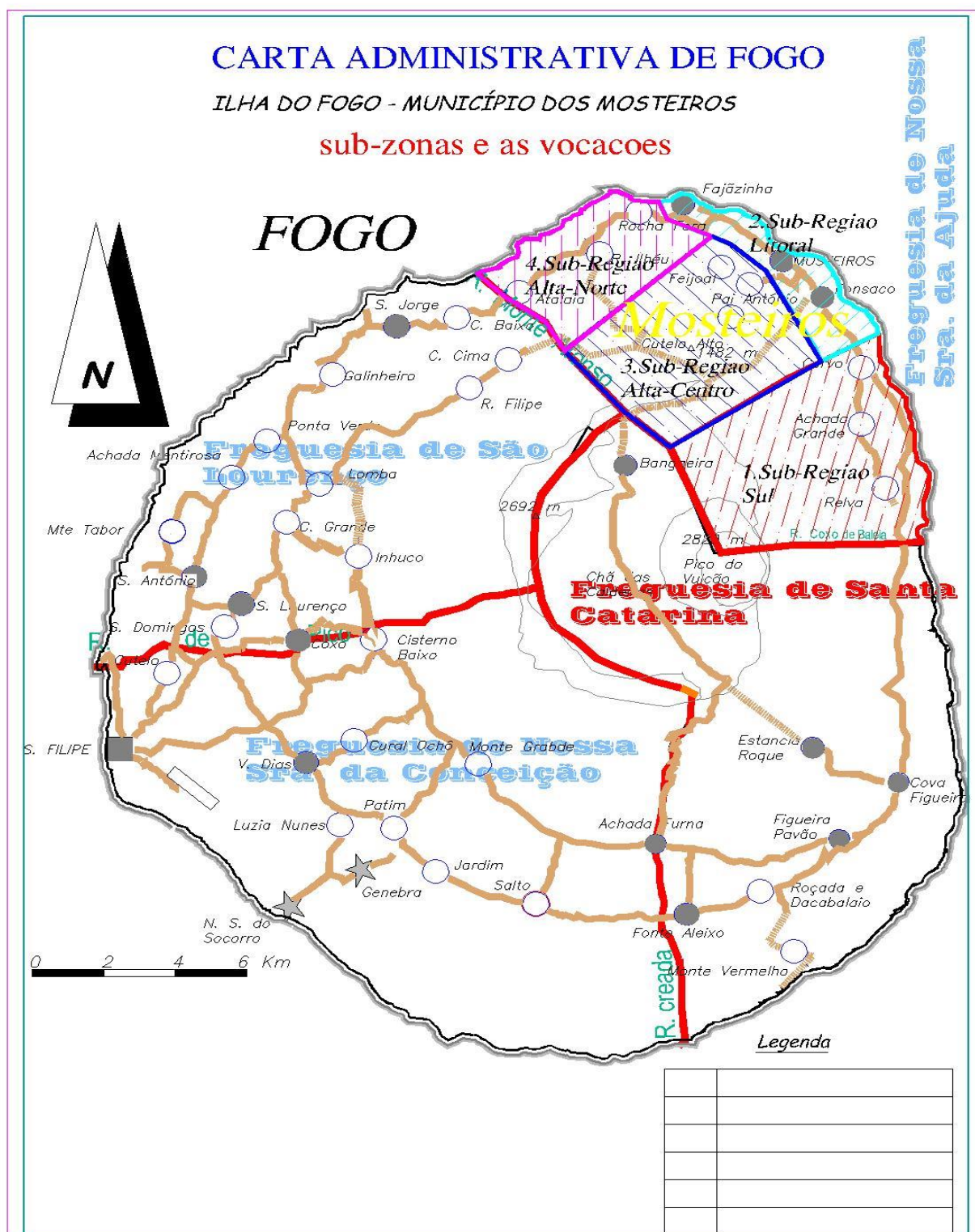
4. Sub-região Alta- Norte

Esta vasta região engloba toda a zona alta, a Norte, abrangendo as localidades de Ligeirão, Rocha Fora , Ribeira ilhéu e Atalaia. Esta sub-região tem vocações essencialmente agrícola e pecuária, mas também piscatória e turística.

Uma possível ligação desta sub-região com o perímetro florestal de Monte Velha, a partir da localidade de Achada Maurício, proporcionará, no horizonte do PE, novas oportunidades de desenvolvimento do Turismo de montanha, rural e de habitação e outros segmentos do turismo sustentável.

Deverão ser implementados nesta zona, programas inovadores nos domínios da cafeicultura e fruticultura de sequeiro, passando pela substituição paulatina da população envelhecida dos cafezais, pela protecção natural dos cafezais dos ventos dominantes, através da florestação das encostas; programas de formação informação e sensibilização dos agricultores e proprietários; resolução definitiva da situação fundiária; Programas de incentivo à inovação e modernização agrícolas, através de uma gestão integrada das bacias hidrográficas da sub-região; programas de implementação de micro e pequenas empresas familiares e cooperativas; programas de incentivo à criação intensiva e inovadora dos gados

bovino e caprino e programas de realização de feiras de produtos agro-pecuários, anualmente, com o objectivo de promover o turismo.



Quadro nº 6 - Distribuição Espacial das Intervenções Sectoriais

A - SECTOR ECONÓMICO		INTERVENÇÕES PROPOSTAS	SUB-REGIÃO ALTA-NORTE	SUB-REGIÃO SUL	SUBREGIÃO ALTA-CENTRO	SUB-REGIÃO LITORAL
A.1. AGRO-PECUÁRIA		Organização da classe de agricultores;	X	x	x	
		Formação contínua de agricultores;	X	x	x	
		Valorização da profissão de agricultor;	X	x	x	
		Introdução de novas tecnologias na produção agrícola;	X	x	x	
		Conservação do solo e da água (reservatórios, diques de captação, e.t.c.);	X	x	x	x
		Melhoria das condições de acesso às zonas agrícolas;	X		x	
		Reafecção dos terrenos do Estado no município (Matinho, Achada Igreja, Baleia e Antoninha);	X	x	x	
		Fomento do agro-negócio;	X	x	x	x
		Reforço da capacidade da produção do café;	X	x	x	
		Criação de unidades de transformação de produtos agro-pecuários;	X	x		
		Diversificação de culturas;	X	x	x	
		Massificação da rega gota a gota;	X	x	x	x
		Melhoria das condições de escoamento dos produtos agro-pecuários;	X	x	x	
		Criação de uma área agrícola municipal;			x	
		Actualização do cadastro predial rústico das áreas agrícolas;	X	x	x	
		Criação de condições físicas de abate de animais e venda de carnes;				x
		Melhoramento de raças animais;	X	x	x	
		Melhoria das condições de pastagem;	X	x	x	
A.2. PESCA						
		Capacitação dos Pescadores para melhor utilizarem os equip// de pesca;				x
		Melhoria das condições de apanha e conserva do pescado;				x
		Aquisição de equipamentos modernos de pesca;				x
		Aumento da capacidade local de oferta de factores de pesca;				x
		Modernização do circuito de venda e distribuição do pescado.				x
		Organização dos comerciantes em associação para a defesa dos seus interesses;				x
		Preparação dos comerciantes grossistas para a importação directa do estrangeiro ;				x
A.3. COMÉRCIO		Criação de espaços comerciais públicos municipais;				x
		Institucionalização de feiras comerciais.				x

A - SECTOR ECONÓMICO	INTERVENÇÕES PROPOSTAS	SUB-REGIÃO ALTA- NORTE	SUB-REGIÃO SUL	SUB-REGIÃO ALTA-CENTRO	SUB-REGIÃO LITORAL
A.4. TURISMO	Ordenamento de toda a orla costeira;				X
	Edificação de espaços de lazer e recreação;				X
	Criação de pontos de atracção turística;	X	X	X	X
	Criação de agências de turismo e viagem;				X
	Criação de roteiros e trilhos turísticos para as zonas altas;	X		X	
	Melhoramento de acessibilidades a zonas turísticas;			X	X
	Fomento do turismo rural e de montanha	X	X	X	
	Formação de guias turísticos;				X
	Formação em hotelaria, mesa e bar;				X
A.5. INDÚSTRIA	Articulação com o Plano Estratégico de Desenv. Turístico Fogo/Brava;				X
	Criação de zonas industriais;				X
	Diversificação da produção industrial;				X
	Criação de marcas de produtos locais;				X
	Aquisição de equipamentos industriais e matérias-primas;				X
	Reforço da capacidade de produção industrial local;		X		X
	Promoção da export. de produtos industriais para fora da ilha e do país;				X
A.6. SERVIÇOS	Instalação de um serviço aduaneiro no município;				X
	Reforço das competências e performance dos serviços instalados no município;				X
	Criação de condições para a instalação dos serviços do Estado em edifícios próprios;				X
	Criação de um ambiente favorável à abertura de PME privadas de prestação de serviços diversos no município;				X
A.7. ENERGIA	Integração da rede eléctrica da Zona Norte à central de Ponta Lapa;	X			X
	Criação da central única do Fogo;	X	X	X	X
	Criação de parques eólicos e solares integrados no concelho;	X	X		
	Alargamento da rede eléctrica às zonas rurais descobertas;	X			
	Ligação domiciliária de energia às famílias com necessidades;	X	X	X	X

GMDL – Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Mosteiros

A. SECTOR ECONÓMICO	Renovação da rede eléctrica nas zonas onde se revela necessário;	X			x
	Melhoria da qualidade da iluminação pública no concelho;				x
INFRA-ESTRUTURAS E TRANSPORTES					
	INTERVENÇÕES PROPOSTAS	SUB-REGIÃO ALTA-NORTE	SUB-REGIÃO SUL	SUBREGIÃO ALTA-CENTRO	SUB-REGIÃO LITORAL
	Requalificação da rede viária (anel rodoviário);	X	x		x
	Construção de estradas de penetração às zonas altas do município;	X		x	
	Reabilitação do aeródromo dos Mosteiros;				x
	Construção do porto da Baía do Corvo;				x
	Criação de uma rede de pequenos ancoradouros nas zonas piscatórias;				x
	Construção de um auditório Municipal;				x
	Construção de um pavilhão desportivo municipal;				x
	Construção de um edifício para o serviço de Protecção Civil;				x
	Construção de raiz da escola secundária dos Mosteiros;				x
	Criação de empresas privadas de transportes no município;				x
	Regulação da actividade dos transportes privados no município;				x
	Ligações marítimas e aéreas directas do município com outras ilhas do país;				x
A.9. NOVAS TECNOLOGIAS					
	Extensão das redes fixa e móvel de telefone a todas as comunidades descobertas;	X	x		x
	Criação de uma rede de telecentros rurais;	X	x	x	
	Melhoria das condições de radio-difusão local;				x
	Criação de um sistema de acesso a canais a cabo a preços controlados, em parceria com as empresas de telecomunicações;	X	x	x	x
	Criação de um canal de televisão local.				x
A.10. ARTESANATO	Importação de tecnologias modernas para o sistema produtivo local;				x
	Capacitação técnica dos profissionais do sector produtivo;	X	x	x	x
					x
	Criação de uma associação dos artesãos locais;				x
	Criação de uma escola de arte no município;				x
	Criação de espaços adequados a exposições e venda de produtos artesanais;				x
	Recuperação do artesanato tradicional.	X	x	x	x

B. SECTOR SOCIAL	INTERVENÇÕES PROPOSTAS	SUB-REGIÃO ALTA-NORTE	SUB-REGIÃO SUL	SUB-REGIÃO ALTA-CENTRO	SUB-REGIÃO LITORAL
B.1. EDUCAÇÃO	Formação contínua das monitoras de infância;				X
	Criação de bibliotecas escolares;	X	X	X	X
	Aquisição de materiais educativos propiciadores da aprendizagem;				X
	Promoção da criação de salas de informática e laboratórios nas escolas;	X	X	X	X
	Introdução da área CT no ensino secundário no município.				X
	Melhoria das condições de transportes escolares;				X
	Dinamização do apadrinhamento escolar;	X	X	X	X
	Manutenção e adaptação das estruturas físicas das escolas;	X	X	X	X
	Criação de uma rede de equipamentos educativos modernos;	X	X	X	X
	Redinamização da frequência escolar de adultos;	X	X	X	X
	Colaboração na implementação das políticas definidas no PEE;				X
B.2. SAÚDE	Manutenção e equipamento de estruturas desconcentradas;	X	X	X	X
	Promoção da saúde pública;	X	X	X	X
	Aquisição de medicamentos e equipamentos hospitalares modernos;				X
	Criação de condições para instalação de clínicas privadas;				X
	Criação de condições para a fixação de mais médicos e enfermeiros;				X
	Criação de associações de promoção da saúde social (a nível de meio ambiente, família...)				X
	Colaboração na implementação das políticas do Governo para a saúde;				X

B. SECTOR SOCIAL	B.3. HABITAÇÃO E URBANISMO	INTERVENÇÕES PROPOSTAS	SUB-REGIÃO ALTA-NORTE	SUB-REGIÃO SUL	SUBREGIÃO ALTA-CENTRO	SUB-REGIÃO LITORAL
		Melhoria das condições habitacionais das famílias;	X	x	x	x
		Construção de casas sociais de raiz, para alojar famílias com necessidade;	X	x	x	x
		Parcerias com vista à disponibilização de crédito habitação aos mais desfavorecidos;				x
		Estabelecimento de parcerias com empresas imobiliárias para construção de habitações económicas e outros apartamentos;				x
		Coordenação com as estratégias nacionais de crescimento e redução da pobreza e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;				x
		Elaboração do PDM dos Mosteiros;	X	x	x	x
		Elaboração de Planos Urbanísticos Detalhados;				x
		Elaboração de Planos Toponímicos;				x
		Arruamentos internos de zonas urbanizadas;				x
		Requalificação urbana;				x
		Instalação de redes de esgoto nos principais núcleos urbanos;				x
		Criação de um sistema adequado de tratamento de resíduos sólidos;				x
		Montagem de um sistema de tratamento de águas residuais;				x
		Melhoria das condições do cemitério municipal;				x
		Racionalização do uso da água e outros recursos ambientais;	X	x	x	x
		Articulação com o Plano Ambiental Municipal e PANA II;				x
		Criação de condições para a captação e stockagem da água;	X	x	x	x
		Gestão integrada de bacias hidrográficas no município;		x	x	
		Alargamento da rede de água às localidades das Zonas Altas	X	x	x	
B. 5. E M PR EG	B.4. AMBIENTE, ÁGUA E SANEAMENTO	Fomento do empreendedorismo no seio da camada jovem;	X	x	x	x

GMDL – Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Mosteiros

B. SECTOR SOCIAL	Estímulo aos investimentos privados geradores de empregos;	X	x	x	x
	Adequação da mão-de-obra às necessidades do concelho;	X	x	x	x
	Realização de cursos de formação profissional diversos;				x
	Criação de um ambiente favorável à formação profissional e universitária;				x
	Colaboração na criação de um polo universitário na ilha;				x
	Reforço da capacidade de oferta de cursos da escola de formação profissional do concelho;				x
B.6. CULTURA E DESPORTOS	INTERVENÇÕES PROPOSTAS	SUB-REGIÃO ALTA-NORTE	SUB-REGIÃO SUL	SUBREGIÃO ALTA-CENTRO	SUB-REGIÃO LITORAL
					x
	Criação de um centro cultural no município;				
	Construção de espaços físicos adequados a actividades culturais;				x
	Criação de museus temáticos (café do Fogo, Talaia Baxu...);				x
	Reforço dos grupos culturais existentes;	X	x	x	
	Estímulo ao surgimento de novos grupos culturais (música, dança, teatro, e.t.c.);	X	x	x	x
	Reforço e diversificação de práticas desportivas;	X	x	x	x
	Equipamento e adaptação dos polidesportivos municipais para a prática de modalidades diversas;				x
	Requalificação do Estádio Municipal de Futebol;				x
B.7. EMIGRAÇÃO	Criação de uma escola de iniciação desportiva;				x
	Criação da região desportiva dos Mosteiros.				x
	Incentivo ao investimento dos emigrantes em áreas determinadas;	X	x	x	x
	Criação da casa do emigrante/imigrante;				x
	Implementação de medidas de orientação dos investim. de emigrantes;				x
	Organização de emigrantes em sociedades de desenvolvimento;	X	x	x	x

B. SECTOR SOCIAL	Integração e aproveitamento das capacidades dos imigrantes que entram no concelho;					X
	Criação de um espaço próprio para a recepcção/acolhimento dos deportados em estado crítico, com pessoas adequadas;					X
B.8. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	INTERVENÇÕES PROPOSTAS	SUB-REGIÃO ALTA-NORTE	SUB-REGIÃO SUL	SUBREGIÃO ALTA-CENTRO	SUB-REGIÃO LITORAL	
	Criação de uma estrutura no concelho vocacionada para a defesa dos direitos humanos;					X
	Promoção de uma cultura de paz, sã convivência e respeito pelas diferenças;	X	X	X		X
	Criação de espaços de participação dos munícipes na vida do município;	X	X	X		X
	Implementação do Orçamento Participativo;	X	X	X		X
	Protecção das famílias carenciadas ou em situação de crise;	X	X	X		X
	Estabelecimento de parcerias com o ICCA e com o ICIEG e outras instituições afins;					
	Criação de oportunidades para a participação das mulheres na vida do município, nomeadamente na política;	X	X	X		X
	Acompanhamento da implementação das acções previstas no PNADHC, no PNIEG e PNCVBG;					X
	Criação de a associações de portadores de deficiências;					X
	Integração dos portadores de deficiência na vida familiar e comunitária;	X	X	X		X
	Criação de oportunidades de emprego para os portadores de deficiência;	X	X	X		X
	Implementação de medidas tendentes a facilitar o acesso dos portadores de deficiências a lugares e bens públicos;					X
	Criação de um espaço destinado ao acolhimento de crianças abandonadas;					X
	Prevenção contra o trabalho infantil e todas as formas de maus tratos contra as crianças do município;	X	X	X		X

B. SECTOR SOCIAL	Reforço do comité Municipal de Protecção das Crianças;				x
	Construção e equipamento de um lar de idosos;				x
	Inserção profissional das mulheres chefes de famílias;	X	x	x	x
B.9. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	INTERVENÇÕES PROPOSTAS	SUB-REGIÃO ALTA-NORTE	SUB-REGIÃO SUL	SUBREGIÃO ALTA-CENTRO	SUB-REGIÃO LITORAL
	Instalação e acompanhamento da Casa do Direito dos Mosteiros;				x
	Elevação da categoria do tribunal do concelho;				x
	Aquisição de equipamentos adequados ao trabalho policial;				x
	Aumento do nº de efectivos policiais no concelho;				x
	Intensificação do policiamento de proximidade;	X	x	x	x
	Reforço da fiscalização marítima;				x
	Reforço do serviço municipal de protecção civil;				x
	Aquisição de equipamentos modernos de protecção civil;				x
	Formação de bombeiros voluntários;				x
	Redinamização da delegação da Cruz Vermelha local;				x
	Prevenção de riscos e sinistros;	X	x	x	x

X – MECANISMOS DE FORMALIZAÇÃO DO PLANO

X.1. Execução do Plano

Uma vez aprovado o Plano Estratégico pela Assembleia Municipal, põe-se o problema de saber como passar da teoria à prática, ou seja, como assegurar a sua implementação, pelo menos até o fim do mandato autárquico em que ocorre a referida aprovação.

Para que os objectivos do plano sejam rigorosamente cumpridos, com base na implementação das estratégias traçadas e das acções programadas, uma atenção especial deverá ser dada à fase da formalização do Plano. Deverá apostar-se no estabelecimento de mais parcerias com instituições públicas e privadas e no envolvimento de todos os actores políticos, económicos, sociais e culturais do município e da própria sociedade civil. Será ainda indispensável a criação de uma rede de comunicação eficaz, procurando manter devidamente informados todos os intervenientes e beneficiários do processo. Para tanto, deverão ser desencadeadas acções de mobilização social baseadas na estratégia IEC/CMC – Informação, Educação e Comunicação para Mudança de Comportamentos.

Na fase da sua implementação, o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros deverá ser desdobrado nos habituais Planos Anuais de Actividades, acompanhados de Planos de Marketing Territorial para a promoção do município que deverá atrair investimentos com vista à criação de emprego e riqueza.

Tendo em conta o horizonte do PEDM que é de longo prazo (12 anos), propõe-se ainda a elaboração dos chamados *Planos de Médio Prazo* (ou planos de mandatos), os quais se destinam a concretizar os objectivos, as políticas e as acções do Plano Estratégico, até o fim do mandato de 4 anos.

Propõe-se a subdivisão dos 12 anos de vigência do plano em 4 triénios para facilitar a calendarização dos programas e projectos propostos.

Para uma boa execução do PEDM, propõe-se a criação de uma estrutura de implementação, com os seguintes órgãos e funções:

Núcleo Executivo – coincide com o GMDL (Gabinete Municipal de Desenvolvimento), com os técnicos a ele afectos e terá como responsabilidade a montagem dos programas e projectos propostos pelo plano, bem como o apoio permanente à execução dos mesmos e ainda a avaliação técnica dos programas e projectos em curso, com base na recolha regular de dados sobre a execução do PE e análise dos indicadores de realização, de resultados e de impacto. O Núcleo Executivo terá ainda como responsabilidades, a sensibilização e mobilização dos agentes e da população em geral, para os objectivos do plano, a prestação de apoio técnico às reuniões do Conselho Consultivo e à redacção dos respectivos pareceres e, bem assim, o fornecimento de elementos indispensáveis aos trabalhos do Comité de Pilotagem e ao controlo político, funcionando assim como Staff do Presidente da Câmara.

Para reforçar o trabalho do Núcleo Executivo, poderão ainda ser contratados serviços técnicos especializados, no momento da implementação de projectos estruturantes previstos no plano, de acordo com as necessidades reveladas.

Concelho Consultivo - Deverá ser criado um Conselho consultivo do Plano Estratégico (CCPE), funcional, constituído por representantes das organizações da sociedade civil do Município, empresas, investidores e outras instituições que mostrarem interesse a participar nos principais projectos estruturantes previstos no Plano Estratégico. O Conselho consultivo terá a função de emitir opiniões e pareceres sobre todas as questões de fundo que se vierem a colocar no processo de implementação do PEDM, designadamente aquelas que dizem respeito à sua articulação com os Planos de Actividades e Orçamentos anuais e outros planos de nível superior.

As intervenções propostas pelo plano serão escalonados no tempo, de acordo com as suas prioridades e tendo em conta a disponibilização de recursos.

O quadro nº 7 estabelece o plano de execução dos projectos por sector, com indicação dos meios a mobilizar e bem assim dos responsáveis pela execução.

Quadro nº 7 - Plano de Execução

A - SECTOR ECONÓMICO	INTERVENÇÕES PROPOSTAS	ESCALONAMENTO TEMPORAL				MEIOS A MOBILIZAR	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
		I	II	III	IV		
A.1. AGRO-PECUÁRIA	Organização da classe de agricultores;	x				Equipamentos agrícolas, Técnicos formados nas áreas de agricultura e pecuária, financiamentos para os vários projectos	GMDL, GRUPO DE AGRICULTORES, DMADRRM, CMM
	Formação contínua de agricultores;	x	x	x			
	Valorização da profissão de agricultor;	x	x	x	x		
	Introdução de novas tecnologias na produção agrícola;	x	x	x			
	Conservação do solo e da água (reservatórios, diques de captação, e.t.c.);	x	x				
	Melhoria das condições de acesso às zonas agrícolas;	x	x				
	Reafecção dos terrenos do Estado no município (Matinho, achada Igreja, Baleia e Antoninha);	x					
	Reforço da capacidade da produção do café;	x	x				
	Fomento do agro-negócio;	x	x				
	Criação de unidades de transformação de produtos agro-pecuários;		x	x			
	Diversificação de culturas;	x	x				
	Massificação da rega gota a gota;	x	x				
	Melhoria das condições de escoamento dos produtos agro-pecuários;	x	x				
	Criação de uma área agrícola municipal;			x			
	Actualização do cadastro predial rústico das áreas agrícolas;		x				
	Criação de condições físicas de abate de animais e venda de carnes;	x					
A.2. PESCA	Melhoramento de raças animais;	x	x			Recursos financeiros para os projectos, materiais e equipamentos de pesca, Técnicos com formação ligada ao desenvolvimento da pesca	GMDL, GRUPO DE PESCADORES, CMM, INDP,
	Melhoria das condições de pastagem;	x	x				
	Capacitação dos Pescadores para melhor utilizarem os equip// de pesca;	x					
	Melhoria das condições de apanha e conserva do pescado;	x	x				
A.3. COMÉRCIO	Aquisição de equipamentos modernos de pesca;	x	x				
	Aumento da capacidade local de oferta de factores de pesca;	x	x				
	Modernização do circuito de venda e distribuição do pescado.		x				
	Organização dos comerciantes em associação para a defesa dos seus interesses;	x					
	Preparação dos comerciantes grossistas para a importação directa do estrangeiro ;		x				
	Criação de espaços comerciais públicos municipais;	x	x				
	Institucionalização de feiras comerciais.	x					
	Regulação da distribuição comercial;	x					

A - SECTOR ECONÓMICO	DESIGNAÇÃO	ESCALONAMENTO TEMPORAL				MEIOS A MOBILIZAR	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
		I	II	III	IV		
A.4. TURISMO	Ordenamento de toda a orla costeira;	x	x	x	x	Financiamentos para os projectos, Técnicos da área do turismo para ministrar formações	CMM, GRUPO DE OPERADORES TURISTICOS, CCISS
	Edificação de espaços de lazer e recreação;	x	x				
	Criação de pontos de atracção turística;	x	x				
	Criação de agências de turismo e viagem;	x	x				
	Criação de roteiros e trilhos turísticos para as zonas altas;	x	x				
	Melhoramento de acessibilidades a zonas turísticas;	x	x				
	Fomento do turismo rural e de montanha	x	x	x			
	Formação de guias turísticos;	x					
	Formação em hotelaria, mesa e bar;	x					
	Articulação com o Plano Estratégico de Desenv. Turístico Fogo/Brava;	x	x	x			
A.5. INDÚSTRIA	Criação de zonas industriais;			x	x	Máquinas industriais, matérias primas e financiamentos	CMM, GRUPO DE OPRRÁRIOS, CCISS
	Diversificação da produção industrial;	x	x				
	Criação de marcas de produtos locais;		x				
	Aquisição de equipamentos industriais e matérias-primas;	x	x	x			
	Reforço da capacidade de produção industrial local;	x	x				
	Promoção da export. de produtos industriais para fora da ilha e do país;				x		
A.6. SERVIÇOS	Instalação de um serviço aduaneiro no município;	x				Materiais e equipamentos de secretaria, equipamentos informáticos, tecnologias de informação e comunicação	CMM, GOVERNO, GRUPO DE EMPREENDEDORES
	Reforço das competências e performance dos serviços instalados no município;	x	x				
	Criação de condições para a instalação dos serviços do Estado em edifícios próprios;			x	x		
	Criação de um ambiente favorável à abertura de PME privadas de prestação de serviços diversos no município;	x	x	x			
A.7. ENERGIA	Integração da rede eléctrica da Zona Norte à central de Ponta Lapa;	x				Financiamentos e algum material de electrificação	CMM, GOVERNO, ELECTRA
	Criação da central única do Fogo;			x			
	Criação de parques eólicos e solares integrados no concelho;			x	x		
	Instalação de um parque solar no concelho.			x			
	Alargamento da rede eléctrica às zonas rurais descobertas;	x					
	Renovação da rede eléctrica nas zonas onde se revela necessário;	x					
	Melhoria da qualidade da iluminação pública no concelho;	x					

A. SECTOR ECONÓMICO	DESIGNAÇÃO	ESCALONAMENTO TEMPORAL				MEIOS A MOBILIZAR	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
		I	II	III	IV		
A.8. INFRA-ESTRUTURAS E TRANSPORTES	Requalificação da rede viária existente (anel rodoviário);	x	x			Recursos financeiros, máquinas pesadas, viaturas, engenheiros, arquitectos e técnicos de construção civil	CMM, GOVERNO, ASA, INDP, GRUPO DE EMPREENDEDORES
	Construção de estradas de penetração às zonas altas do município;	x	x				
	Reabilitação do aeródromo dos Mosteiros;			x			
	Construção do porto da Baía do Corvo;			x	x		
	Criação de uma rede de pequenos ancoradouros nas zonas piscatórias;			x	x		
	Construção de infra-estruturas hoteleiras;	x	x				
	Construção de um auditório Municipal;	x	x				
	Construção de um pavilhão desportivo municipal;		x	x			
	Construção de um edifício para o serviço de Protecção Civil;			x			
	Construção de raiz, do liceu dos Mosteiros;	x					
	Criação de empresas privadas de transportes no município;	x	x				
	Regulação da actividade dos transportes privados no município;	x					
	Ligações marítimas e aéreas directas do município com outras ilhas do país;				x		
A.9. NOVAS TECNOLOGIAS	Extensão das redes fixa e móvel de telefone a todas as comunidades descobertas;	x				Financiamentos, materiais de instalação de telefones, computadores, equipamentos de radio-difusão e emissão televisiva, técnicos com formações especializadas	CMM, GOVERNO, TELECOM, TV CABO, CEF-FB, GROPO DE EMPRESÁRIOS
	Criação de uma rede de telecentros rurais;	x					
	Melhoria das condições de radio-difusão local;	x	x				
	Criação de um sistema de acesso a canais a cabo a preços controlados, em parceria com as empresas de telecomunicações;		x	x			
	Criação de um canal de televisão local.			x			
	Importação de tecnologias modernas para o sistema produtivo local;	x	x				
	Capacitação técnica dos profissionais do sector produtivo;	x	x				
A.10. ARTESANATO	Criação de uma associação dos artesãos locais;	x				Financiamentos, algum material e equipamento de trabalho e matérias primas locais	CMM, GRUPO DE ARTESÃOS
	Criação de uma escola de arte no município;	x					
	Criação de espaços adequados a exposições e venda de produtos artesanais;		x				
	Institucionalização de intercâmbios com jovens artistas de outros municípios do país;	x					
	Recuperação do artesanato tradicional.	x	x				

B. SECTOR SOCIAL	DESIGNAÇÃO	ESCALONAMENTO TEMPORAL				MEIOS A MOBILIZAR	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
		I	II	III	IV		
B.1. EDUCAÇÃO	Formação contínua das monitoras de infância;	x	x	x		Recursos financeiros, computadores, livros, mesas, cadeiras e estantes de livros, materiais didáticos e escolares, equipamentos de laboratório, viaturas...	CMM, GOVERNO, DMEES,
	Criação de bibliotecas escolares;	x	x				
	Aquisição de materiais educativos propiciadores da aprendizagem;	x	x				
	Promoção da criação de salas de informática e laboratórios nas escolas;	x	x				
	Introdução da área CT no ensino secundário no município.	x					
	Melhoria das condições de transportes escolares;	x					
	Dinamização do apadrinhamento escolar;	x	x				
	Manutenção e adaptação das estruturas físicas das escolas;	x	x	x			
	Criação de uma rede de equipamentos educativos modernos;	x	x	x	x		
	Reabilitação e equipamento de jardins e escolas;	x	x				
	Construção e equipamento de creches para crianças do município;		x				
	Redinamização da frequência escolar de adultos;	x					
	Colaboração na implementação das políticas definidas no PEE;	x	x				
B.2. SAÚDE						Financiamentos, aparelhos de diagnóstico de doenças, medicamentos para tratamento de doenças crónicas, ambulâncias...	CMM, GOVERNO, DELEGACIA DE SAÚDE
	Manutenção e equipamento de estruturas desconcentradas;	x	x				
	Promoção da saúde pública;	x	x	x			
	Aquisição de medicamentos e equipamentos hospitalares modernos;	x	x				
	Criação de condições para instalação de clínicas privadas;	x	x				
	Criação de condições para a fixação de mais médicos e enfermeiros;	x	x				
	Criação de associações de promoção da saúde social (a nível de meio ambiente, família...)	x	x				
	Colaboração na implementação das políticas do Governo para a saúde;	x	x	x	x		

B. SECTOR SOCIAL	DESIGNAÇÃO	ESCALONAMENTO TEMPORAL				MEIOS A MOBILIZAR	RESPONÁVEIS PELA EXECUÇÃO
		I	II	III	IV		
B.3. HABITAÇÃO E URBANISMO	Melhoria das condições habitacionais das famílias;	x	x	x	x	Recursos financeiros, materiais de construção civil e capacidades humanas	CMM, GOVERNO, ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS, CAIXA DE POUPANÇA,
	Construção de casas sociais de raiz, para alojar famílias com necessidade;	x	x				
	Parcerias com vista à disponibilização de crédito habitação;	x	x				
	Estabelecimento de parcerias com empresas imobiliárias para construção de habitações económicas e outros apartamentos;	x	x				
	Coordenação com as estratégias nacionais de crescimento e redução da pobreza e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;	x	x	x	x		
			x				
	Elaboração do PDM dos Mosteiros;	x					
	Elaboração de Planos Urbanísticos Detalhados;	x	x				
	Elaboração de Planos Toponímicos;	x	x				
	Arruamentos internos de zonas urbanizadas;	x	x	x	x		
	Requalificação urbana;	x	x	x			
B.4. AMBIENTE, ÁGUA E SANEAMENTO	Instalação de redes de esgoto nos principais núcleos urbanos;			x	x	Recursos financeiros, viaturas e máquinas, contentores de lixo, contentor incinerador, materiais de canalização...	CMM, GOVERNO, ETMA, DMADRRM, AGUABRAVA
	Criação de um sistema adequado de tratamento de resíduos sólidos;		x	x			
	Montagem de um sistema de tratamento de águas residuais;			x	x		
	Melhoria das condições do cemitério municipal;	x	x				
	Racionalização do uso da água e outros recursos ambientais;	x	x				
	Articulação com o Plano Ambiental Municipal e PANA II;	x	x				
	Criação de condições para a captação e stockagem da água;	x	x				
	Gestão integrada de bacias hidrográficas no município;	x	x				
	Alargamento da rede de água às localidades das Zonas Altas		x	x			
B.5. EMPREGO E FORMAÇÃO						Financiamentos e capacidades humanas	
	Fomento do empreendedorismo no seio da camada jovem;	x	x				
	Estímulo aos investimentos privados geradores de empregos;	x	x	x			
	Adequação da mão-de-obra às necessidades do concelho;	x	x				
	Realização de cursos de formação profissional diversos;	x	x				

	Criação de um ambiente favorável à formação profissional e universitária;	x	x			CMM, GRUPO DE EMPRESÁRIOS, CEFP-FB, UNICV	
	Colaboração na criação de um polo universitário na ilha;		x				
	Reforço da capacidade de oferta de cursos da escola de formação profissional do concelho;	x	x				
	Colaboração na implementação das políticas definidas no PEPF	x	X				
B. SECTOR SOCIAL	DESIGNAÇÃO	ESCALONAMENTO TEMPORAL				MEIOS A MOBILIZAR	RESPONÁVEIS PELA EXECUÇÃO
		I	II	III	IV		
B.6. CULTURA E DESPORTOS	Criação de um centro cultural no município;		x			Financiamentos, materiais e equipamentos de cultura e desportos	CMM, GOVERNO, PRODUTORES DE CAFÉ, GRUPOS CULTURAIS, ESCOLA SECUNDÁRIA
	Construção de espaços físicos adequados a actividades culturais;	x	x				
	Aquisição de equipamentos culturais;	x	x				
	Criação de museus temáticos (café do Fogo, Talaia Baxu...);			x	x		
	Reforço dos grupos culturais existentes;	x					
	Estímulo ao surgimento de novos grupos culturais (música, dança, teatro, e.t.c.);	x	x	x			
	Reforço e diversificação de práticas desportivas;	x	x				
	Equipamento e adaptação dos polidesportivos municipais para a prática de modalidades diversas;	x	x				
	Requalificação do Estádio Municipal de Futebol;	x	x				
	Criação de uma escola de iniciação desportiva;	x	x				
	Criação da região desportiva dos Mosteiros.	x					
B.7. EMIGRAÇÃO	Incentivo ao investimento dos emigrantes em áreas determinadas;	x	x			Recursos financeiros e caacidades humanas	CMM, GRUPO DE EMIGRANTES, INSTITUTO DAS COMUNIDADES
	Criação da casa do emigrante/imigrante;	x					
	Implementação de medidas de orientação dos investim. de emigrantes;	x	x				
	Organização de emigrantes em sociedades de desenvolvimento;	x	x				
	Integração e aproveitamento das capacidades dos imigrantes que entram no concelho;	x					
	Criação de um espaço próprio para a recepcção/acolhimento dos deportados em estado crítico, com pessoas adequadas;		x				
	Reforco da oferta de atendimento aos necessitados;	x	x				

B. SECTOR SOCIAL	DESIGNAÇÃO	ESCALONAMENTO TEMPORAL				MEIOS A MOBILIZAR	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO
		I	II	III	IV		
B.8. DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA						Recursos humanos, materiais informativos e ilustrativos, meios de locomoção para portadores de deficiência, mobiliários...	CMM, CNDH, DICCA, ICIEG, POLÍCIA NACIONAL
	Criação de uma estrutura no concelho vocacionada para a defesa dos direitos humanos;	x					
	Promoção de uma cultura de paz, sã convivência e respeito pelas diferenças;	x	x	x	x		
	Criação de espaços de participação dos munícipes na vida do município;	x	x				
	Implementação do Orçamento Participativo;	x	x				
	Protecção das famílias carenciadas ou em situação de crise;	x	x	x	x		
	Estabelecimento de parcerias com o ICCA e com o ICIEG e outras instituições afins;	x	x				
	Criação de oportunidades para a participação das mulheres na vida do município, nomeadamente na política;	x	x				
	Acompanhamento da implementação das acções previstas no PNADHC, no PNIEG e PNCVBG;	x	x				
	Criação de associações dos portadores de deficiências;	x	x				
	Integração dos portadores de deficiência na vida familiar e comunitária;	x	x				
	Criação de oportunidades de emprego para os portadores de deficiência;	x	x				
	Implementação de medidas tendentes a facilitar o acesso dos portadores de deficiências a lugares e bens públicos;	x	x				
	Criação de um espaço destinado ao acolhimento de crianças abandonadas;	x					
	Prevenção contra o trabalho infantil e todas as formas de maus tratos contra as crianças do município;	x	x				
	Reforço do comité Municipal de Protecção das Crianças;	x					
	Construção e equipamento de um lar de idosos;	x	x				
	Inserção profissional das mulheres chefes de famílias;	x	x				

B.9. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

X.2. Mecanismos de Financiamento

Segue-se à aprovação do plano a fase da busca de financiamento para a concretização dos programas e projectos nele propostos. Pois, sem o financiamento, não será possível implementar o plano.

É evidente que o PEDM não poderá ser financiado apenas com recursos do município e nem tão pouco, só com o apoio do Estado de Cabo Verde. Além desses recursos com os quais se poderá contar, é preciso pensar em outras fontes e formas de financiamento do PEDM. Pode-se prever então que a cooperação internacional e descentralizada venha a ser uma alternativa viável de financiamento deste plano. É neste sentido que se propõe o reforço das parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, com base em protocolos e geminações. Entretanto, considerando que o PEDM não é um plano da responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal dos Mosteiros e do Governo de Cabo Verde, é previsível que o sector privado venha a ter um papel de destaque no co-financiamento de algumas acções previstas. Aliás, grande parte dos projectos propostos são da responsabilidade do privado e a sua implementação deverá apenas ser orientada pela Câmara Municipal, enquanto responsável máximo pela execução do plano.

Uma outra forma de financiamento do PEDM poderá ser através dos emigrantes que, em número razoável, poderão contribuir de forma expressiva no financiamento de alguns programas e projectos de investimentos, proporcionadores de benefícios individuais e colectivos. Por isso, propõe-se a organização dos emigrantes em sociedades de desenvolvimento capazes de se responsabilizarem pelo financiamento e implementação de projectos rentáveis e de grande peso para o desenvolvimento do município.

Para além destes mecanismos, poderá ainda ser instituído um fundo local de apoio ao desenvolvimento do município, alimentado com a participação cívica de cada munícipe interessado, quer residente, quer na diáspora, através de uma cota mensal destinada a financiar projectos de benefício colectivo e de grande impacto no desenvolvimento do município.

X.3. Sistema de Acompanhamento e Avaliação

O seguimento e a avaliação são aspectos fundamentais a considerar na gestão de qualquer programa ou Projecto de desenvolvimento, sendo mesmo responsável pelo sucesso/insucesso de todo o processo de formalização do plano. A implementação dos programas e projectos

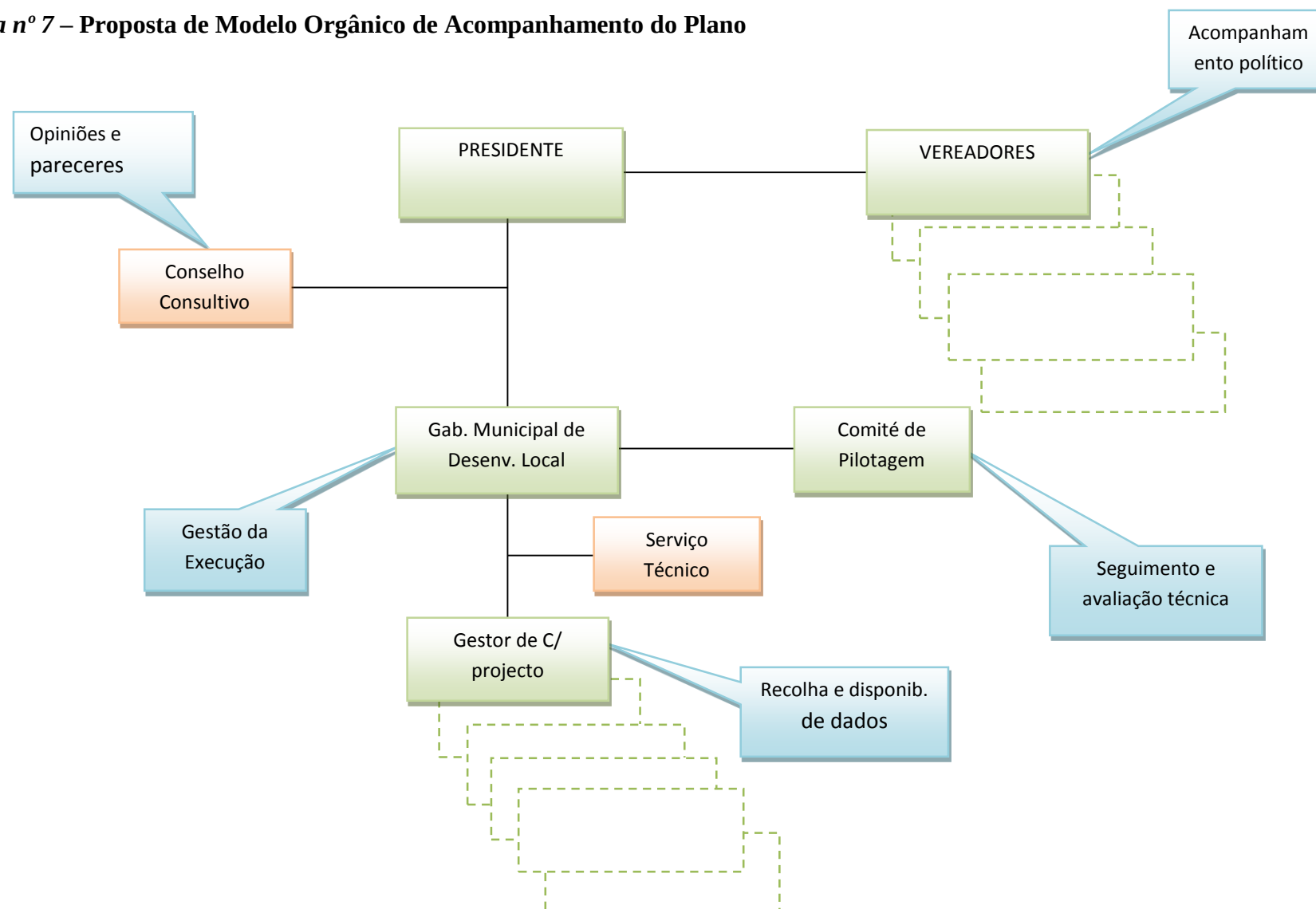
ressalta a necessidade e a importância de um processo sistemático de seguimento e avaliação que garanta o nivelamento de informações entre os autores e parceiros, tendo eles a certeza de que o processo em que estão envolvidos será avaliado por eles próprios. Poder-se-á criar uma estrutura dentro ou fora da Câmara, um observatório, cujo principal objectivo será o seguimento e a avaliação que cada projecto/programa deve realizar de forma a poder, em todo o momento, reorientar o rumo dos acontecimentos, isto é repensar a estratégia inicialmente definida, caso tal se revele necessário. A metodologia proposta é o desenvolvimento de proximidades e a Avaliação participativa permanente.

Com base no seguimento e na avaliação do plano, os responsáveis deverão poder averiguar a necessidade ou não de se redefinir os objectivos e ou reformular as estratégias, caso estiverem em causa a sua pertinência e ou validade. Para o efeito, propõe-se a criação de um **Comité de Pilotagem** para fazer o acompanhamento e a avaliação do plano. Este órgão deve integrar, a nível político, o Presidente da Câmara, os Vereadores e os Deputados Efectivos e, a nível técnico, os elementos da equipa que elaborou o plano. É responsável pelo acompanhamento técnico e político do plano, integrando, por isso, elementos técnicos e políticos. Este órgão tem também a responsabilidade de fazer a avaliação permanente da evolução do município e do impacto do plano, avaliar permanentemente o processo, os pressupostos e as estratégias adoptadas e propor as reformulações e adaptações circunstanciais que se revelarem necessárias, no decurso da implementação dos programas e projectos.

Neste processo de acompanhamento e avaliação do PEDM, deverão ser elaborados relatórios anuais de acompanhamento e, bem assim os relatórios trienais, de acordo com o escalonamento dos programas e projectos, previsto no plano de execução. Estes instrumentos de avaliação correspondem à avaliação global da implementação do PEDM, sem contudo, dispensar os relatórios de progresso e finais referentes a cada projecto, que deverão ser exigidos às respectivas equipas de gestão.

A figura nº 7 representa o modelo que se propõe para a estrutura de acompanhamento e avaliação do Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Mosteiros.

Figura nº 7 – Proposta de Modelo Orgânico de Acompanhamento do Plano



X.4. Mecanismos de Revisão

Pelas incertezas e riscos advenientes do próprio processo de planeamento, associados às possíveis mudanças políticas e de liderança, no município e a nível Nacional, além das rápidas mudanças e transformações do mundo globalizado, o Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros deve ser um instrumento flexível e sujeito a adaptações no decurso da sua implementação. Por estas e outras razões, o PEDM poderá ser revisto sempre que se revele necessário, contanto que sejam observados as regras, os procedimentos e os princípios aprovados por todos os intervenientes do processo, do mesmo modo que se verificou aquando das fases do diagnóstico e da formulação do plano.

X.5. Requisitos de Eficiência

Para garantir a eficiência e a eficácia desejáveis na implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros, recomenda-se:

- ❖ A instituição de Planos Anuais de Marketing territorial e Planos de Médio Prazo (planos de mandatos), aproveitando já a circunstância de estarmos no início de um novo mandato autárquico;
- ❖ O reforço do GMDL – Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local, enquanto Núcleo Executivo de implementação do plano, designadamente com recursos humanos e materiais, bem como autonomia e flexibilidade operativa para cumprir cabalmente as suas funções, tendo em vista o cumprimento dos propósitos que motivaram a sua criação;
- ❖ Recomenda-se, por fim, a elaboração de um regulamento de funcionamento dos órgãos que compõem a estrutura de implementação do plano.

X.6. Principais Instrumentos de Articulação

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Mosteiros articula-se essencialmente com os seguintes instrumentos locais e nacionais de promoção do desenvolvimento, os quais foram consultados na fase da elaboração deste documento e/ou deverão sê-lo na altura da sua implementação:

- ✚ Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza;
- ✚ Programa Operação Esperança;
- ✚ Programa Millenium Challenge account;
- ✚ Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza;
- ✚ Programa de Luta contra a Pobreza no meio Rural;
- ✚ Plano Estratégico de Formação Profissional;
- ✚ Plano Estratégico para a Educação;
- ✚ Programa do Governo 2006 – 2011;
- ✚ Plataforma Eleitoral sufragado a 18 de Maio de 2008;
- ✚ Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola;
- ✚ Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e Cidadania;
- ✚ Plano Nacional para a Igualdade e Equidade do Género;
- ✚ Plano Nacional de Combate à Violência baseada no género;
- ✚ Documento dos objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- ✚ Programa de luta contra a desertificação;
- ✚ Plano Ambiental Municipal;

ANEXOS



MUNICIPIO DOS MOSTEIROS

CAMARA MUNICIPAL

GABINETE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DOS MOSTEIROS

TERMOS DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Desde a sua «desanexação» do município de S. Filipe em 1991, Mosteiros tem assumido de forma autónoma os seus destinos, estando na busca permanente dos meios necessários ao seu desenvolvimento. E para que este município tenha um desenvolvimento sustentado e equilibrado, a equipa que o dirige entende que esse desenvolvimento deve ser estudado, pensado e planificado de modo a ter a certeza do seu destino e caminhar na melhor direcção. Foi assim que, no quadro da cooperação entre Cabo Verde e Canárias, o FUNDESCAN, em parceria com a ANMCV e a CMM, financiou a criação de um Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local neste concelho, no ano 2006, estrutura essa que se ocupou da realização de um estudo sócio-económico que durou um ano e, como é óbvio, o documento produzido não constitui um fim em si, mas um meio para suportar novos projectos. Com base nesse diagnóstico sócio-económico, que faz um retrato da realidade social e económica actual vivida no município, identificando os pontos fortes, os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades, está-se em condições de passar à fase seguinte do planeamento do desenvolvimento deste município. É, portanto, neste quadro que surge a ideia da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros.

2. OBJECTIVOS

A elaboração do Plano Estratégico de desenvolvimento dos Mosteiros deverá visar os objectivos seguintes:

- Desenhar um futuro realista do município, que corresponda aos anseios e aspirações, mas sobretudo que atenda às necessidades reais dos munícipes e que se enquadre nas políticas globais de desenvolvimento do país;

- Dar indicações claras sobre o caminho a seguir e bem assim, os meios a mobilizar para a promoção do desenvolvimento sustentado e equilibrado do concelho.

3. METODOLOGIA/ABORDAGEM

Um desenvolvimento para todos deverá ser planificado com o envolvimento de todos (stackholders): agentes políticos, económicos, sociais e culturais e da população em geral, metodologia essa que faz hoje escola em grande parte da Europa e mesmo no continente americano, com destaque para o Brasil onde a metodologia do Orçamento Participativo já é bastante desenvolvido. Acredita-se que este é um novo paradigma do planeamento do desenvolvimento que surge para dar resposta ao fracasso da abordagem top-down/tecnocrata em que as decisões eram tomadas unilateralmente pelos políticos e técnicos, tidos como donos da verdade e que, em Cabo Verde, fez escola até os anos 80. Assim, propõe-se que, na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Mosteiros seja adoptada uma abordagem participativa assente em contactos formais e informais com a população e os diversos actores de desenvolvimento, além de debates em sessões alargadas, que aliás, é a metodologia que tem dado melhores resultados nos dias de hoje.

4. PRODUTO ESPERADO

No final da realização deste trabalho, espera-se ter um documento prático, claro e preciso que traga no seu conteúdo, os seguintes elementos:

- Uma visão estratégica do desenvolvimento do município, para um horizonte temporal de 12 anos (três mandatos);
- As linhas de orientação estratégica a seguir no processo de promoção do desenvolvimento do concelho;
- Uma rede integrada de programas, sub-programas e projectos concretos a serem desenvolvidos;
- Um plano de financiamento do desenvolvimento, com indicação do custo de cada acção e respectiva fonte de financiamento;
- Um Plano de execução.

5. PLANO DE TRABALHO

5.1. Recursos Humanos

- 01 técnico em Gestão e Planeamento do Desenvolvimento Local;
- 01 técnico em Geografia e Planeamento Regional;
- 01 Economista;
- 01 Sociólogo
- 01 Consultor externo;
- Profissionais de diversos ramos

5.2. Recursos Materiais

- 01 viatura;
- 01 computador com impressora

5.3. Financiador

Câmara Municipal dos Mosteiros

5.4. Proposta de calendário de execução

ACTIVIDADES	CRONOGRAMA												RESPONSÁVEIS	
	JUN				JUL				AGO					
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV		
1. Encontro da Equipa Técnica do Plano para preparação dos trabalhos	■													Membros da Equipa
2. Debate alargado sobre os quadros SWOT do diagnóstico, as necessidades dos sectores da Educação e da Saúde, as causas da pobreza e os problemas socio-económicos globais do município, identificados pelo diagnóstico;		■												Assembleia Geral do Plano
3. Definição do modelo de intervenção para o plano (visão estratégica, objectivos e metas)			■											Comité Executivo/Equipa de Consultoria
4. Elaboração de uma proposta de programas e projectos sectoriais a incluir no plano c/ apoio dos grupos de trabalho;				■										Comité Executivo/Gr. Trabalho
5. Discussão pública do modelo de intervenção e dos programas e projectos sectoriais					■									Assembleia Geral
6. I Fórum sobre Desenvolvimento dos Mosteiros						■								Comité Execut/Ass. Geral
7. Encontro restrito com quadros do município para montagem das ideias							■							Comité Executivo
8. Elaboração de uma 1ª versão do Plano Estratégico;							■	■						Comité Executivo/Equipa de Consultoria
9. Discussão pública do plano para enriquecimento do mesmo;								■						Assembleia Geral
10. Elaboração da versão final do plano estratégico de Desenvolvimento do município;									■					Comité Executivo
11. Apresentação pública do Plano para validação										■				Comité Executivo
12. Definição de mecanismos de financiamento											■			Comité Executivo

5.5. Acompanhamento/Avaliação

O acompanhamento e a avaliação dos trabalhos serão feitos pela Câmara Municipal, através do seu Gabinete Municipal de Desenvolvimento Local (GMDL).

6. PERITOS OU EXPERTS

Para prestar consultoria na realização dos trabalhos deverá ser contratada, fora da ilha ou do país, uma pessoa com formação superior (Mestre ou Doutor) em planeamento económico ou áreas afins, com experiência comprovada no domínio do planeamento do desenvolvimento.

7. DURAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho terá a duração de três meses, com início em Junho e término em Agosto de 2008.

8. DOCUMENTO FINAL

O documento final do plano estratégico será elaborado em língua portuguesa e entregue à Câmara Municipal dos Mosteiros em forma de exemplar impresso em papel e em suporte digital.

**LISTA DOS PARTICIPANTES DO ATELIER DE SOCIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO
DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÓMICO DOS MOSTEIROS**

NÚMERO	NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA
1	Carlos Fernandinho Teixeira	CMM - Presidente
2	Jaime José Monteiro Jr	CMM - Vereador
3	José de Pina Fernandes	CMM - Vereador
4	Domingos Vaz Mendes	CMM - Vereador
5	Pedro José Correia Teixeira	Equipa do Plano Estratégico
6	Carlos de Pina	Equipa do Plano Estratégico
7	Mário António Santos Lopes	Equipa do Plano Estratégico
8	Alexandre Herculano Monteiro Silveira	Equipa do Plano Estratégico
9	Adalberto Veiga	Associação Comunitária Corvo
10	Nicolau T. Fernandes	CMM
11	Ingrid Maria S.Rosa	CMM
12	Avelino Gomes Fonseca	Sociedade Civil
13	António Gomes	Sociedade Civil
14	Amancio Centeio Barros	Água Brava
15	José Antonio B.Amado	Associação Rocha Fora
16	Lucelino M.Pereira	Associação Mosteiros Trás
17	Luciano da Silva	ETMA
18	Casimiro Rosa	CMM
19	José Pedro G.Tavares	CMM
20	Pedro Aguinaldo Montrond	Educação
21	António H.Teixeira Rodrigues	Deputado Municipal
22	Antonio Garcia Pires	Sector Agrícola
23	Manuel de Pina V.Mendes	CMM
24	José Eugénio Montrond	CMM
25	Maria Luisa Teixeira	Sociedade Civil
26	Ghuilherme R.Gomes	Sociedade Civil
27	Rufino José da Rosa	Sociedade Civil
28	Filipe Gomes Sequiera	Sociedade Civil
29	Luis M.Freire Andrade	CMM
30	Maria Elisa Gomes	Sociedade Civil
31	Albertina Alves Vaz	Sociedade Civil
32	Nicolau Rosa Gomes	Sociedade Civil
33	Hélio Delgado	Sociedade Civil
34	Cheguevara Baptista	CEJ
35	Miguel Alves	Associação Ribeira do Ilheu
36	Humberto Gomes fonseca	Associação Ribeira do Ilheu
37	Fatima A.Brandão	Associação Ribeira do Ilheu
38	Avelino Santos Santiago	Delegação do MAA - Mosteiros
39	Elsa Maria B.Amado	Sociedade Civil
40	Sionilda G.Fortes	Sociedade Civil
41	isabel dos Santos Miranda	Sociedade Civil
42	Nuno Miguel F.Miranda	Associação Ribeira do Ilheu

LISTA DOS PARTICIPANTES DO FÓRUM «PENSAR MOSTEIRO» - AGOSTO DE 2008

NÚMERO	NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA
1	José Maria Semedo	MADRRM
2	Sidónio Fontes L. Monteiro	Ministério Adjunto do 1º Ministro
3	Carlos Fernandinho Teixeira	CMM - Presidente
4	Jaime José Monteiro, Jr	CMM - Vereador
5	Pedro José Correia Teixeira	Gabinete Municipal de Desenv. Local
6	Júlio Lopes Correia	Deputado Nacional
7	Joanilda Alves	Deputada Nacional
8	Manuel Fernandes	CMM
9	Nádia Marçal	CMM
10	Amélia Gomes	CMM
11	Luis M. Freire Andrade	CMM
12	Luis Martins Galvão	Centro Formação Profissional
13	Luis Reis	BCA
14	Seila Reis	Assembleia Municipal de S. Filipe
15	Nilton Pires	CCV/Associação Comunitária de Murro
16	Danilton Alves	Educação
17	José Rodrigues	Sociedade Civil
18	Mário N'Tchama	Escola Secundária dos Mosteiros
19	Adriano Lopes	Aguabrava
20	Olavo Lopes Teixeira	Associação Comunitária de Atalaia
21	César Alves Barbosa	Construção Civil
22	Celestino Correia Ramos	Ministério da Educação
23	Nelito Nóbriga Rosa Snatos	CMM
24	Silvino Socorro Montrond Fontes	Laboratório Engenharia Civil
25	Pedro Agnaldo Montrond	Ministério da Educação
26	Carlos Jorge Monteiro	Escola Secundária dos Mosteiros
27	Justino Uangna	Escola Secundária dos Mosteiros
28	Luis José da Rosa	CMM
29	Cândida G. N. Andrade	CMM
30	Rita Lopes Teixeira	Sociedade Civil
31	António Sequeira	Educação
32	António Patrício G. Sequeira	Sociedade Civil
33	Abdou Massaly	Escola Secundária Mosteiros
34	José de Pina	Educação
35	Domingos Vaz Mendes	CMM - Vereador
36	João Santos Galvão	Delegação do MADRRM - S. Filipe
37	Carlos de Pina	Equipa do Plano Estratégico
38	Mário Lopes	Equipa do Plano Estratégico
39	Alexandre Silveira	Equipa do Plano Estratégico
40	Manuel Andrade Centeio	Educação
41	Adilson Maocha Teixeira	Educação
42	José de Pina Fernandes	CMM - Vereador
43	António A. Resende Gomes	Educação
44	Marlene Fernandes	CMM
45	António Ramos Teixeira	CMM
46	Formoso Mendes	Escola Secundária Mosteiros
47	Carlos Djassy	Escola Secundária Mosteiros
48	Mamadu Camará	Escola Secundária Mosteiros
49	Mamadou Baldé	Escola Secundária Mosteiros

LISTA DOS PARTICIPANTES DO FÓRUM «**PENSAR MOSTEIRO**S» - (*Continuação*)

NÚMERO	NOMES DOS PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA
50	Roberto C. Gonçalves	Escola Secundária Mosteiros
51	António Mendes Antunes	Centro Concelhio da Alfabetização
52	Adilson Alcino Ramos Barradas	Escola Secundária dos Mosteiros
53	Luciano da Silva	ETMA
54	Pedro Freire Andrade	Assembleia Municipal
55	António Felix Lopes	Câmara de Comércio de Sotavento
56	Alindo Brandão	Gabinete de Desenvolvimento Regional
57	João Francisco Monteiro	Câmara Municipal Santa Catarina
58	Alexandre Nevsky Rodrigues	Parque Natural do Fogo
59	Carlos Silva	CRP-Fogo
60	Francisco Souto Amado	Centro de Emprego FB
61	Justiniano Moreno	Polícia Nacional - Mosteiros
62	Paula da Silva	ICCA - Fogo
63	Maria das Dores Vieira	CMM

LISTA DOS PARTICIPANTES DA SESSÃO PÚBLICA DE VALIDAÇÃO DO PLANO NOVEMBRO DE 2008

Número	Nomes dos Participantes	Instituição que Representa
1	Pedro Freire	Assembleia Municipal
2	Luciano Silva	ETIMA
3	Paula da Silva	ICCA -Fogo
4	Rosério Rodrigues	Pensão Criastine
5	Alexandre Rodrigues	Parque Natural do Fogo
6	Luis Rosa	CMM
7	José António Barbosa Amado	CMM
8	Orlando Araujo Júnior	CMM/GAP
9	António Mendes da Graça Pina	CMM
10	João Vaz Montrod	CMM
11	Cândida Nédio	D. Saúde -Mosteiros
12	Lucinda Lopes pires	CMM
13	Sandra Maria Fernandes	CMM
14	Luís Mendes Freire Andrade	Associação Feijoal
15	Sofia Veiga Andrade	ACD-Relva
16	António Fernandes Gomes	CMM
17	Nicolau Tolentino Fernandes	GDR
18	José Carlos Ledo Andrade	Centro Formação Profissional
19	Ilário Lopes Duarte	Bornefonden
20	José Alberto G. Andrade	A.M
21	Laurindo Fernandes	CMM
22	Albino Barai	CMM
23	Luis Martins Galvão	Centro Emprego Fogo e Brava
24	Euclides R. Gomes	R. Finanças Mosteiros
25	António Alberto de Andrade	Responsável do MAA
26	António Mendes Antunes	CMM
27	Casimiro Rodrigues Rosa	Aguabrava, LDA
28	Jaquim Santos Andrade	População Feijoal
29	Edina Suzete Andrade	Ministério da Educação
30	Avelino Soares Santiago	CMM e Ministério da Educação
31	Marlene Fernandes	Ministério da Educação
32	Joaquim Garcia Rodrigues	CMM e Ministério da Educação
33	António José da Rosa	CMM
34	Pedro Agnaldo Montrond	Ministério da Educação
35	Domingos Vaz Mendes	CMM
36	José Carlos M. de Pina	Ministério da Educação
37	Amélia Gomes	CMM
38	José de Pina Fernandes	CMM
39	Francisco Santos Amado	Centro Emprego Fogo e Brava
40	Jaime José Monteiro Júnior	CMM
41	Carlos Silva	CRP-Fogo
42	Pedro Teixeira	Equipa do Plano
43	Mário Lopes	Equipa do Plano
44	Mamadou Camará	Escola Secundária Mosteiros
45	Alexandre Silveira	Equipa do Plano